



## Anamatra vai à Câmara do Deputados pela inclusão do PL dos subsídios na pauta de votações e pela rejeição da PEC dos 75 anos

**Michel Temer afirma em sessão extraordinária que logo levará para o plenário a questão dos subsídios**

**D**uas das diversas matérias de interesse da magistratura que estão tramitando no Congresso Nacional mereceram atenção especial da Anamatra. São elas: o Projeto de Lei (PL) 7.297/2006 que dispõe sobre a revisão dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 457/2005 que aumenta o limite da idade para a aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos para os servidores públicos.

Os magistrados vêm acompanhando de perto para que o PL 7.297 seja incluído na pauta de votações e para que PEC 457 seja rejeitada. Nesse sentido, o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhado de dirigentes da entidade, bem como de membros do Conselho de Representantes, participou nos meses de julho e agosto de diversas audiências para expor a posição da magistratura com o andamento das propostas.

Em uma dessas reuniões, ocorrida na residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP), o parlamentar abordou a questão do reajuste dos subsídios e ainda o restabelecimento do adicional por tempo de serviço (ATS). Na ocasião, Temer se disse favorável às propostas e destacou a importância delas para a sociedade que, segundo ele, não avalia



Foto: Arquivo Anamatra

*Dirigentes da Anamatra, em audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP)*

de forma correta a grandiosidade das tarefas conferidas aos magistrados e integrantes do Ministério Público. “A nossa integração aqui hoje é fundamental para melhorarmos a consciência coletiva”, disse. Sobre o prazo para votação do projeto dos subsídios, Temer afirmou não ser contrário quanto a sua colocação em pauta, mas que é necessário prudência para não haver objeções dentro do parlamento.

Na oportunidade, Luciano Athayde falou em nome da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da

União, destacando a disponibilidade das associações em discutirem eventuais divergências. “No passado, talvez faltou esta proximidade”, disse, ao relatar a “temperatura” da categoria, insatisfeita com a não apreciação do projeto de reajuste dos subsídios. “Sabemos das dificuldades do projeto junto à opinião pública, mas estamos dispostos a colocar para a sociedade a importância da proposta para a valorização da categoria”, ressaltou.

Continua nas páginas 3 e 4

Jogos Nacionais da Anamatra - Bonito 2009: inscrições abertas

■ PÁGINA 20



Entrevista secretário-geral do CNJ, Rubens Curado

■ PÁGINAS 5 E 6



Caros colegas,

A comunicação é, em toda organização, um grande desafio. Torná-la efetiva e, além disso, eficiente, nem se fala. Pensando nisso, a diretoria que tomou posse em 27 de maio deste ano, após primeiro diagnóstico, sentiu a necessidade de aprimorar os instrumentos disponíveis para que o associado receba, em tempo real, as informações e notícias relacionadas a todos os temas que nos são caros, como subsídios, orçamento, acompanhamento legislativo, democracia, planejamento estratégico, prerrogativas, reforma do Judiciário, estatuto da magistratura, dentre outros.

Para conquista desse aprimoramento, fizemos, então, uma atualização das ferramentas disponíveis, contratamos melhorias sem acréscimo no custo mensal e em breve os boletins eletrônicos serão enviados em tempo real. Isso para que os mesmos se tornem referência de fonte de informação segura, permanente e confiável para o associado. E por falar neles – os boletins eletrônicos receberam nova diagramação, ficando mais leves, e atualmente são disparados exclusivamente para os emails de todos os associados, não mais para a lista nacional. Explico o motivo. É que para tornar nossa comunicação eficiente, precisamos enviar as notícias o mais rápido possível e para todos. A lista, entretanto, não contém o conjunto dos associados da Anamatra e o acesso somente é possível aos magistrados nela inscritos. As assessoras de imprensa e de comunicação da Associação – responsáveis pela elaboração e, após aprovação, envio dos boletins –, não são ‘listeiras’ e, assim, não podem enviar, nem receber mensagens da lista nacional. Nossa tentativa é profissionalizar cada vez mais a comunicação da Anamatra com o associado, através de tecnologia e gestão de trabalho.

Os colegas certamente já receberam em seus endereços eletrônicos os boletins ordinários e os extraordinários, duas edições dedicadas ao assessoramento orçamentário, as mensagens do Presidente e, em breve, receberão também os boletins legislativo e de prerrogativas. O legislativo trará um resumo do trabalho realizado pela Anamatra no Congresso Nacional, a tramitação atualizada dos diversos projetos de lei de nosso interesse corporativo e profissional, notas técnicas apresentadas, entre outras informações. O boletim de prerrogativas, por sua vez, mostrará os assuntos pertinentes às prerrogativas, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), às medidas adotadas pela Associação, dentre outros, servindo, além de informar, como uma verdadeira prestação de contas da nossa atuação junto aos associados durante os dois anos de mandato.

Além dos boletins eletrônicos, existem os impressos, que são os informativos, com periodicidade mensal. Este, entretanto, condensou os meses de julho e agosto, por conta do recesso parlamentar. Nele, os colegas terão acesso a temas importantes como o Planejamento Estratégico para o Poder Judiciário e a sua democratização; atualidades sobre a luta de todos os juízes pela aprovação, de modo satisfatório, dos subsídios e do restabelecimento do adicional por tempo de serviço (ATS); e a atuação pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição que aumenta o limite da idade para a aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos para os servidores públicos. O Informativo traz ainda matérias com as últimas novidades do XV Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), que será realizado em 2010, e dos Jogos Anamatra – Bonito 2009. Em breve também este Informativo receberá nova diagramação para tornar mais leve e ágil sua leitura.

Enfim, eis aqui o segundo Informativo de nossa gestão, elaborado em conjunto com os boletins eletrônicos, na crença de que a comunicação só se tornará efetiva na medida em que todos nós, magistrados do Trabalho, estivermos imbuídos do propósito comum de torná-la eficiente.

Grande abraço e boa leitura a todos!

**Nélise Perbeils**

Diretora de Comunicação Social da Anamatra

## EXPEDIENTE

**Presidente:** Luciano Athayde Chaves (Amatra 21); **Vice-Presidente:** Renato Henry Sant’Anna (Amatra 15); **Secretária-Geral:** Maria de Fátima Coelho Borges Stern (Amatra 5); **Diretor Administrativo:** Ibrahim Alves da Silva Filho (Amatra 6); **Diretor Financeiro:** Antônio Neves de Freitas (Amatra 3); **Diretora de Comunicação Social:** Nélise Oliveira Perbeils (Amatra 1); **Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos:** Germano Silveira de Siqueira (Amatra 7); **Diretor de Assuntos Legislativos:** Ary Marimon Filho (Amatra 4); **Diretor de Formação e Cultura:** Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (Amatra 9); **Diretora de Eventos e Convênios:** Carla Reita Faria Leal (Amatra 23); **Diretor de Informática:** José Ribamar Oliveira Lima Júnior (Amatra 10); **Diretora de Aposentados:** Cristina Ottoni Valero (Amatra 2); **Diretor de Cidadania e Direitos Humanos:** Gabriel Napoleão Velloso Filho (Amatra 8); **Conselho Fiscal:** Eulaide Maria Vilela Lins (Amatra 11), Rodrigo Dias da Fonseca (Amatra 18) e Narbal Fileti (Amatra 12); **Suplente:** Vitor Leandro Yamada (Amatra 14). **Correspondências:** SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608 Brasília/DF CEP: 70316-000. **Na Internet:** www.anamatra.org.br; **Contato:** (61) 3322-0266 / 3321-7388; imprensa@anamatra.org.br; **Redação e edição:** Bárbara Nogueira (8016/DF) e Viviane Dias (22651/RJ); **Jornalista responsável:** Viviane Dias; **Marketing:** Adriana Zetula; **Revisão:** Angela Oliveira; **Diagramação:** Júlio Leitão; **Impressão:** Mais Gráfica e Editora Ltda; **Tiragem:** 4.200

O encontro contou ainda com a participação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, que reafirmou a importância do projeto de reajuste dos subsídios e daqueles relativos à segunda etapa da Reforma do Judiciário e ao 2º Pacto Republicano. “Muitas questões estão paralisadas, até mesmo por causa da crise econômica”, disse. O ministro defendeu também o restabelecimento do ATS. “A reforma dos subsídios comprometeu a carreira de Estado, por isso a reivindicação. A antiguidade não vem sendo contemplada de forma adequada devido ao modelo desenhado pelos subsídios”, alertou.

Já a PEC 457 (veja na página 04 entrevista sobre o assunto) tem entrado diversas vezes na pauta de votações da sessão extraordinária, mas retirada a pedido de parlamentares. “A elevação da idade para aposentadoria compulsória engessa a carreira e vai provocar na realidade um aumento de aposentadoria dos juízes de primeiro e segundo graus. A ausência de perspectiva de carreira dos magistrados vai estimular a saída dos juízes para buscar uma outra profissão após o implemento das condições para aposentadoria voluntária”, alerta Luciano Athayde.

### Manifestação em plenário

“Quero dizer, em atenção aos senhores líderes, que logo traremos para o plenário a questão dos subsídios. Acho que é uma matéria que está a exigir uma manifestação do Plenário”, afirmou o presidente da Câmara no dia 19 de agosto durante a sessão extraordinária. A frase foi proferida após intervenção do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) ao afirmar que já é o momento de votar PL dos subsídios.

### Novo projeto

O STF enviou no dia 31 de agosto à Câmara novo Projeto de Lei (n. 5921/2009) que trata da revisão dos subsídios dos ministros do Supremo. O PL prevê que o subsídio mensal de ministro do Supremo, referido no art. 48, inciso XV, da Constituição Federal, seja reajustado com os seguintes percentuais: 5% a partir de 1º de setembro de 2009; 4,60% a partir de 1º de novembro de 2009 e 3,88% a partir de 1º de fevereiro de 2010. O montante do reajuste, conforme descreve o PL, corresponde à variação acumulada do IPCA nos anos de 2006, 2007 e 2008, totalizando 14,09%.

Diante da possibilidade de votação de um índice que não atende aos anseios da categoria, que aguarda desde 2006 a votação de proposta com texto similar, cujo percentual está desatualizado, a Anamatra apoia o novo projeto e atuará por sua aprovação na Câmara. ■



Foto: Arquivo Anamatra

## Atuação no Supremo

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhado de dirigentes da entidade e integrantes do Conselho de Representantes, participou no dia 8 de julho de reunião com o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes. O encontro, que teve como objetivo discutir a importância do planejamento estratégico para os tribunais e os projetos de interesse da magistratura, abordou ainda as dificuldades que os magistrados vêm encontrando com os esforços pela aprovação do PL dos subsídios.

Gilmar Mendes relatou o seu esforço pessoal pela aprovação do projeto, inclusive com conversa com o presidente da República e diversos líderes. Segundo o ministro, a dificuldade na aprovação da proposta este ano passou, em especial, pela crise econômica mundial que não criou um cenário favorável no Congresso Nacional. “A não aprovação é algo que me aflige”, disse o ministro.

Sobre o adicional por tempo de serviço, Gilmar Mendes falou do compromisso do Senado de aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 21/2008, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que atualmente aguarda deliberação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sob a relatoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O texto, diferentemente daquele da PEC 210/07, aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, no qual foram incluídas diversas categorias de servidores, dirige-se apenas aos magistrados e membros do Ministério Público.

“A reforma dos subsídios comprometeu a carreira de Estado, por isso a reivindicação. A antiguidade não vem sendo contemplada de forma adequada devido ao modelo desenhado pelos subsídios”

*Ministro Gilmar Mendes, sobre a necessidade do restabelecimento do ATS*

## Aposentadoria compulsória: sindicato dos professores universitários afirma que elevação da idade não é de interesse da categoria, apenas da cúpula

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, afirmou, durante encontro com magistrados e membros do Ministério Público que havia pressão de professores universitários dentro do Congresso Nacional, bem como de tribunais superiores, para que a PEC 457 fosse votada.

Em entrevista exclusiva à Anamatra, o professor doutor Ciro Teixeira Correia, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), afirmou que o sindicato e a categoria dos professores universitários não são favoráveis à medida. “Se existe essa pressão, ela provavelmente vem também daqueles que se encontram nos cargos de direção e no topo da carreira nas universidades”, disse.

Ainda de acordo com o professor, a permanência da aposentadoria aos 70 anos não prejudicará o andamento das pesquisas, fato esse levantado por alguns parlamentares para justificar a postura favorável à matéria. Segundo Ciro Correia, em particular na atividade acadêmica, um professor aposentado, que é um intelectual ou um cientista, tem todas as possibilidades de continuar dando a sua contribuição, participando de todas as pesquisas, escrevendo seus artigos e participando de bancas de teses.

“Isso independe se a pessoa é ativa ou não. A pesquisa depende de um credenciamento pelas condições de pós-graduação da universidade. O orientador não precisa ser sequer da própria

instituição, por exemplo. A ironia é que quem está dizendo isso é porque está hoje na coordenação das agências ou administrando os projetos de pesquisa, podendo ter seus interesses prejudicados. Mas confundir isso com prejuízo ao andamento de pesquisas, isso não”, rebateu o professor.

**Anamatra - Qual a posição do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) a respeito da PEC 457/2005?**

**Profº Ciro Teixeira** - Não temos uma posição específica sobre isso, mas sentimos muito à vontade, com tudo que a categoria discutiu na época da Reforma da Previdência, para dizer que entendemos ser absolutamente inadequado esse tipo de medida, por vários fatores. Temos a mesma preocupação da Anamatra com a elevação da idade da aposentaria compulsória, que acabará causando um aumento muito grande da permanência de funcionários públicos e de autoridades dos três poderes, o que dificultará a renovação dos quadros. Isso não atende ao interesse público e republicano da renovação das pessoas em funções de poder, no melhor interesse da sociedade. Uma das alegações do presidente da Câmara para a votação da proposta seria a pressão de setores ligados às universidades públicas. Se existe essa pressão, ela provavelmente vem também daqueles que se encontram nos cargos de direção e no topo da carreira nas universidades e, provavelmente, querem esse aumento da compulsória para alargamento do tempo de permanência. Isso também não contribui para a necessária renovação e democratização dentro da estrutura das universidades.

**Portanto, podemos dizer que não é de interesse de toda a categoria dos docentes de ensino superior o aumento da idade para a aposentadoria compulsória, mas apenas de alguns segmentos?**

Podemos afirmar que o entendimento do sindicato nacional quanto a esse tipo de medida é que ela não vem em benefício da categoria dos professores universitários, pelo contrário, ela favorece a permanência de dirigentes em cargos administrativos por muito mais tempo. Isso não ajuda

a universidade, nem a democratização das relações de poder dentro dela.

**Alguns parlamentares entendem que a permanência da aposentadoria aos 70 anos pode comprometer o andamento de pesquisas em curso pelas universidades. Isso procede?**

Acredito que não. Em particular na atividade acadêmica, um professor aposentado, que é um intelectual ou um cientista, tem todas as possibilidades de continuar dando a sua contribuição, participando de todas as pesquisas, escrevendo seus artigos e participando de bancas de teses. Isso independe se a pessoa é ativa ou não. A pesquisa depende de um credenciamento pelas condições de pós-graduação da universidade. O orientador não precisa ser sequer da própria instituição, por exemplo. A ironia é que quem está dizendo isso é porque está hoje na coordenação das agências ou administrando os projetos de pesquisa e pode ter seus interesses prejudicados. Mas confundir isso com prejuízo ao andamento de pesquisas, isso não.

**O senhor tem conhecimento de alguma pressão dos professores universitários no parlamento pela aprovação da matéria?**

**Profº Ciro Teixeira** - No momento, não. Na época das discussões da Reforma da Previdência (2001, 2002), houve manifestações isoladas de dirigentes de universidades, de reitores das universidades estaduais e federais. No momento, não tenho conhecimento de nenhum movimento no Congresso Nacional e, mesmo naquela época, as manifestações não refletiam o posicionamento da categoria, mas sim interesses localizados.

**O senhor gostaria de fazer mais alguma consideração?**

Gostaria de dizer que esse tipo de proposta, de aumento da idade da aposentadoria compulsória, vai na contramão das medidas que temos observado no mundo inteiro no sentido de diminuir a jornada e o tempo de permanência no trabalho das pessoas. Isso porque existe muito mais mão-de-obra qualificada em diferentes setores da economia e da administração, seja no setor público ou privado, que se encontra desempregada. Portanto, precisamos estar preocupados com medidas que permitam uma renovação mais rápida daqueles que se revezam nos postos de trabalho. ■





# Secretário-Geral do CNJ defende democratização do planejamento estratégico

Foto: Nelson Jr./CNJ



O juiz do Trabalho da 10ª Região Rubens Curado assumiu o cargo de secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no dia 13 de abril deste ano, órgão onde já atuava há dois anos como juiz auxiliar da presidência na coordenação de diversos projetos.

Nesta entrevista, concedida à TV Anamatra no dia 1º de julho e editada para publicação no Informativo, o magistrado fala sobre as dez metas de nivelamento estabelecidas pelo CNJ como parte do Planejamento Estratégico para o Poder Judiciário.

Rubens Curado defende a democratização do planejamento estratégico, com a participação de todos os magistrados e também dos servidores, que, segundo ele, “precisam lançar suas ideias e discutir com o tribunal os melhores rumos para a sua gestão”.

A íntegra da entrevista está disponível no link da TV Anamatra, no site da entidade – [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br).

**Informativo Anamatra - Qual a importância do planejamento estratégico para os tribunais?**

**Rubens Curado** - Pela primeira vez na história nós estamos vendo um movimento nacional em busca de um norte para o Poder Judiciário. Em conversas gerais em diversos tribunais, percebemos que eles eram como ilhas, isoladas, cada um fazendo o seu próprio plano de ação. Dentro desse contexto, os presidentes dos 91 tribunais brasileiros se reuniram em agosto do ano passado em Brasília no I Encontro Nacional do Poder Judiciário, onde definiram a necessidade da construção de um planejamento estratégico nacional, buscando os mesmos objetivos estratégicos e a definição de um rumo único para todos os tribunais brasileiros.

A partir de então, esse trabalho passou a ser coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram realizados encontros regionais em busca de um diagnóstico dos problemas e das soluções. E no II Encontro Nacional do Poder Judiciário, em fevereiro deste ano, os presidentes também dos 91 tribunais brasileiros aprovaram um plano de planejamento estratégico para o Poder Judiciário. Não temos ainda propriamente um planejamento. Ele será construído por cada um dos tribunais, alinhado a esse plano nacional e aos objetivos estratégicos nacionais definidos na Resolução nº 70 do CNJ.

**Dentro do planejamento estratégico do Poder Judiciário existem dez metas nacionais de nivelamento. O senhor acredita que elas poderão cumpridas até o final de 2009?**

No diagnóstico que foi feito desses encontros regionais, ficou claro um desnivelamento muito grande entre os tribunais. As metas foram criadas com o objetivo de nivelar o distanciamento entre os tribunais e estabelecer o patamar mínimo que eles precisam ter até o final do ano. A metas abrangem áreas como o próprio planejamento estratégico, processo eletrônico, interligação de sistemas dos tribunais, de comarcas com o tribunal, entre outras. A partir desse nivelamento mínimo, o Poder Judiciário estará apto então a dar o próximo passo em busca de uma melhor gestão e um melhor funcionamento como um todo.

**A meta 2 estabelece que devem ser julgados todos os processos de 1º e 2º**



**graus distribuídos até dezembro de 2005. O senhor acredita que essa é uma meta muito complexa?**

Não digo complexa, é uma meta ousada. E toda meta precisa ser ousada. Se não tiver esse objetivo de puxar, de motivar, de engajar as pessoas, ela não tem muito sentido. A meta 2 é ousada, mas factível. Já fizemos um diagnóstico e temos aproximadamente 50% dos 91 tribunais brasileiros que já cumpriram ou estão em vias de cumprir a meta 2. Muitos tribunais estão tendo dificuldades, para tanto fizemos um workshop com gestores dessas metas nesses tribunais, especificamente 38 tribunais, que têm um maior volume de processos anteriores a 2005. Os próprios gestores das metas traçaram ações coordenadas que servirão como uma espécie de cartilha para que cada um possa seguir e chegemos ao final do ano com essa meta totalmente cumprida.

**No caso da Justiça do Trabalho não vai ser muito complicada a meta 2...**

A Justiça do Trabalho mostrou-se, junto com a Justiça Eleitoral, como o ramo do Judiciário com menor dificuldade nessas metas. Temos especificamente alguns tribunais, aqueles maiores, com maior volume de processos. Mas é um volume bem razoável e que entendemos ser perfeitamente factível até dezembro. Tanto é que só alguns poucos tribunais do Trabalho foram convidados para esse workshop, somente aqueles que nós entendemos que têm um número significativo de processos e que precisariam de uma ação específica, de uma ação mais detalhada para o cumprimento da meta.

**A realização do planejamento estratégico individual está prevista na meta 1. A gente sabe que alguns tribunais estão tendo dificuldades até nessa primeira meta. Como está sendo feita essa fiscalização? O senhor acredita que vai ser realmente possível todos os tribunais fazerem seu planejamento estratégico alinhado com esse plano nacional?**

O Conselho não fala em fiscalização, nós falamos em participação, em parcerias, em trabalho conjunto. A própria Resolução nº 70 prevê o apoio técnico do CNJ aos tribunais que sentirem essa dificuldade. O planejamento estratégico passa por uma aplicação de uma metodologia. Há um conhecimento científico por trás. Portanto, estamos contratando uma consultoria para dar esse suporte técnico para todos os tribunais que desejarem. Não temos dúvidas que em pouco tempo já estará encaminhado e até o final do ano todos os tribunais terão esse planejamento estratégico desenhado, aprovado pelo seu órgão especial ou pelo plenário.



Foto: Arquivo Anamatra

Rubens Curado, em entrevista à TV Anamatra

**Qual a importância da participação das entidades de classe e dos de juízes de primeiro e segundo grau na questão do planejamento estratégico?**

A participação efetiva de magistrados e servidores, indicados pelas respectivas associações, é um dispositivo expresso da Resolução nº 70 que foi aprovada pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça por unanimidade. A constatação que embasou essa previsão da regulamentação foi a necessidade de democratização do planejamento estratégico e orçamentário de todos os tribunais, até como uma forma, uma tática de implantação e de engajamento de servidores e magistrados.

Todos os magistrados e servidores precisam ver seus anseios, seus desejos espelhados no planejamento e, para isso, precisam participar efetivamente, lançar suas ideias, discutir com o tribunal quais são os melhores rumos.

Nós estamos falando de um poder público, de uma administração pública. Estamos dentro de um Estado Democrático de Direito, então nada mais natural do que ampliar esse debate. Precisamos discutir com todos os atores do tribunal e, sem dúvida, os juízes de primeiro e segundo grau e os servidores são atores de todo esse cenário que precisam então ser ouvidos e, mais do que isso, participar efetivamente dessa construção.

**O CNJ divulgou no mês de junho o “Justiça em Números”. Como o senhor, sendo juiz do Trabalho, avalia os números divulgados em relação à Justiça do Trabalho, que de certa forma foram positivos?**

Muito positivos. O “Justiça em Números” avalia a Justiça do Trabalho, Estadual e Federal. Os números da Justiça do Trabalho são os melhores dos três segmentos. Ela tem hoje a menor taxa de congestionamento, o maior percentual de casos julgados por magistrado e a menor carga de trabalho. Não há dúvida que hoje é a justiça que melhor funciona no país. E o grande desafio é que a Justiça do Trabalho continue nesse rumo. Ainda temos muitos problemas, por exemplo, na execução. Existe uma grande defasagem entre o primeiro grau comparado com o segundo grau. Talvez o próprio planejamento estratégico possa direcionar algumas ações ao primeiro grau, que é onde está o foco do problema. O grande mérito do planejamento estratégico é ter essa maleabilidade, dependendo da necessidade momentânea do tribunal. Vejo hoje a Justiça do Trabalho como uma ilha de excelência. Mas temos muitas dificuldades ainda e precisamos cada vez mais melhorar, inclusive na aplicação orçamentária, na diminuição de despesas e na eficiência quanto aos gastos e aos custos operacionais.

**Por fim, gostaria que o senhor deixasse uma mensagem para os presidentes dos tribunais sobre a importância do planejamento estratégico.**

A mensagem que deixo é a mesma da Resolução 70, não poderia ser diferente. É imprescindível o planejamento estratégico e a modernização da gestão do Poder Judiciário como um todo. Precisamos aperfeiçoar a aplicação dos recursos, melhorar a eficiência operacional, a capacitação de pessoas, os investimentos em todos os objetivos estratégicos como infraestrutura, tecnologia, orçamento, capacitação de pessoas, transparência e comunicação.

Precisamos conversar e debater mais, trocar experiências, investir em responsabilidade social, em acesso à justiça, em efetividade do Judiciário. O planejamento estratégico, na minha avaliação e na avaliação do Conselho Nacional de Justiça ao editar a Resolução 70, é imprescindível para a melhoria do Poder Judiciário e dos serviços judiciais que são entregues à sociedade. ■

LEIA MAIS SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO  
E AS ORIENTAÇÕES DO CNJ NA PÁGINA 12

# Comissão Especial aprova relatório sobre o ATS

Foto: Arquivo Anamatra



Diversos juízes do Trabalho estiveram presentes à Comissão Especial, na Câmara

A Comissão Especial criada para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 210/07 que restabelece o adicional por tempo de serviço (ATS) como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público aprovou no dia 7 de julho relatório do deputado Laerte Bessa (PMDB-DF). O texto segue agora para a apreciação do plenário da Câmara dos Deputados.

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhou a sessão da Comissão Especial, juntamente com o diretor legislativo da entidade, Ary Marimon Filho, e diversos integrantes do Conselho de Representantes da Anamatra. “Mais uma importante etapa foi vencida”, afirmaram os dirigentes.

“O restabelecimento do adicional por tempo de serviço representa uma medida importante para a valorização profissional. É também um mecanismo compensatório importante para os magistrados mais antigos que já dedicaram bastante tempo ao exercício da função judicante”, completou Luciano Athayde.

O restabelecimento do ATS é bandeira histórica da Anamatra. O texto da PEC partiu de sugestão da entidade e de integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, com o respaldo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A Comissão Especial também foi criada após pedido da Frente.

## ATS no Senado

A PEC nº 21/2008, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que possui texto similar à proposta da Câmara, avançou no dia 8 de julho na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

Na ocasião, foram feitas as leituras da proposta e do relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) com recomendação pela aprovação do texto. Nos termos regimentais, foi concedida vista coletiva a pedido dos senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Romero Jucá (PMDB/RR).

Em seu relatório, no qual foram rejeitadas cinco emendas apresentadas, em sua maioria objetivando estender o ATS a outros servidores, Valdir Raupp ressaltou que “os magistrados e os membros do Ministério Público não podem receber o mesmo tratamento constitucional que os demais servidores públicos, em razão de o exercício de sua atividade se revestir de natureza especial, cuja relevância institucional torna-os limitados quanto ao aspecto de mobilidade funcional e remuneratória”.

Para o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, o texto do Senado é mais enxuto do que a proposta da Câmara dos Deputados (PEC nº 210/07) que sofreu modificações e na qual foram inseridas diversas categorias de servidores. “O fato pode viabilizar a sua aprovação”, afirmou o magistrado. ■

“O restabelecimento do ATS representa uma medida importante para a valorização profissional. É também um mecanismo compensatório para os magistrados mais antigos que já dedicaram bastante tempo ao exercício da função judicante”

(Luciano Athayde, presidente da Anamatra)

## Presidente da Anamatra participa de audiência pública sobre segurança no Poder Judiciário

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou no dia 13 de agosto de audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a segurança no Poder Judiciário. A audiência foi promovida pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, atendendo proposição do deputado Laerte Bessa (PMDB-DF).

Em sua intervenção, Luciano Athayde ressaltou os problemas referentes à Justiça do Trabalho, em especial o trabalho escravo. Entre as iniciativas já tomadas para fiscalizar o trabalho escravo, Luciano destacou a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e

Emprego, que promove ações fiscais coordenadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho em regiões foco de trabalho forçado.

O magistrado entregou à Comissão cópia do documento “Política Nacional de Segurança para os Juízes do Trabalho”, elaborado em parceria com a Associação dos Magistrados do Trabalho da 15ª Região (Amatra 15) ainda em 2006. Athayde deixou também um vasto material como notas públicas e matérias jornalísticas para mostrar a quantidade de incidentes e ameaças a magistrados do Trabalho e contra aqueles que atuam nos fóruns em regiões de conflitos agrários. “Há um nível muito grande de insegurança nos fóruns trabalhistas de

regiões onde há incidência de trabalho escravo”, disse.

Também participaram do debate o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Mozart Valadares Pires; o delegado da Polícia Federal Cleber Abreu Costa, representando o Ministério da Justiça; a presidente da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça e Avaliadores Federais, Lúcia Maria Bernardes de Freitas; o presidente da Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário da União, Edmilton Gomes; e os coordenadores da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União Roniel Andrade e Cláudio Azevedo. ■

# Anamatra discute redução da jornada de trabalho

Foto: Arquivo Anamatra



Luciano Athayde, no plenário da Câmara dos Deputados

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou no dia 25 de agosto da comissão geral que discutiu a redução da carga horária máxima semanal de trabalho. O debate abordou principalmente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95, que reduz de 44 para 40 horas a carga horária de trabalho semanal e que eleva o valor da hora extra para 75% sobre o da hora normal, conforme substitutivo do deputado Vicentinho (PT-SP). A PEC 231/95 foi aprovada no mês de junho pela comissão especial, mas precisa ser votada em dois turnos pelo Plenário.

A comissão, realizada no plenário da Câmara, foi conduzida pelo deputado Michel Temer (PMDB-SP), presidente da Casa, e contou com a participação do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi – que defendeu a redução da jornada –, de diversos representantes de sindicatos, federações e centrais sindicais e de empresários de vários setores. “Estamos vendo as vibrações nos corredores da Câmara, mas aqui dentro precisamos debater o assunto do ponto de vista técnico. Queremos ouvir os especialistas, com argumentos de ambas as partes, e transformar este plenário no centro dos debates sobre temas de importância nacional”, afirmou Temer, no início da sessão.

Em sua intervenção, Luciano Athayde falou dos contrastes existentes no Brasil e trouxe a preocupação dos juízes do Trabalho brasileiros com a informalidade no mercado de trabalho. “Discutimos a redução da jornada de trabalho, mas em um país onde muitos trabalhadores não têm direito algum. Portanto, é fundamental que esse debate leve em conta, também, propostas alternativas para reduzir a

informalidade em nosso país e para garantir aos trabalhadores brasileiros um direito que está assegurado na Constituição desde 88”, disse o magistrado, ao alertar para o fato de cerca de dois milhões de processos trabalhistas por ano versarem, em sua grande maioria, sobre direitos básicos. “É essa realidade que precisamos mudar”.

O presidente da Anamatra falou também dos caminhos alternativos que devem ser tomados, a exemplo da negociação coletiva, autorizada constitucionalmente. “Esse debate não pode passar apenas pela reforma constitucional. Leis infraconstitucionais, convenções e acordos coletivos de trabalho podem resolver, setorialmente, essa demanda”, afirmou. “A soberania

“Esse debate não pode passar apenas pela reforma constitucional. Leis infraconstitucionais, convenções e acordos coletivos de trabalho podem resolver, setorialmente, essa demanda”

*Luciano Athayde, presidente da Anamatra*

brasileira e da decisão que for tomada aqui devem ser observadas por todos, mas temos uma preocupação enorme com a jornada excessiva que tem causado um grande número de acidentes de trabalho no Brasil”, disse Luciano Athayde. “Esse debate é importante e espero que ao seu tempo, amadurecida a matéria, ela seja votada pela Casa. É o que esperam os juízes do Trabalho do Brasil”, finalizou Athayde.

## Posição dos empresários

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), também participou do debate na comissão. Segundo Monteiro Neto, esse projeto impõe aumento de custo para as empresas e o salário-hora fica maior. “Nós estamos saindo de uma crise, quando se deve reduzir custo e não aumentar. Esse assunto não é oportuno e a discussão deve ficar para um outro momento, quando a economia estiver crescendo e sempre pela via da negociação e não por uma imposição legal. É preciso um processo que aponte para a negociação e não fazer por força de lei, nivelando setores e empresas de diferentes portes, de diferentes regiões, o que não é a saída”, afirmou Monteiro Neto.

## Posição dos sindicalistas

O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, lembrou que o Brasil teve oportunidade de reduzir a sua jornada em apenas dois momentos da sua história: em 1943, quando regulamentou a jornada de 8 horas, porque naquele período se trabalhava, segundo ele, até 16 horas ou 18 horas por dia; e em 1988, numa grande negociação no Congresso Nacional. “Lembro que o empresariado dizia que reduzir a jornada de 48 para 44 horas quebraria o Brasil e hoje colocam no peito um adesivo dizendo que são a favor das 44 horas. O que aconteceu depois de 1988?”, indagou Paulo Pereira ao afirmar que os empresários fizeram uma série de críticas, mas em nenhum momento disseram que as 44 horas fossem problema para o Brasil. “Muitas vezes brigamos contra impostos e eu concordo que o que quebra, o que dificulta a vida de uma empresa é o excesso de imposto e não a redução da jornada de trabalho”, argumentou. ■



## Magistrados pedem suspensão de Resolução sobre foro íntimo

A Anamatra, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) querem que seja suspensa a Resolução nº 82/2009 que determina aos magistrados de 1º e 2º grau que comuniquem os motivos quando se declararem impedidos por foro íntimo para julgar determinado processo. As entidades são autoras da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.260 no Supremo Tribunal Federal (STF), que impugna a integralidade da Resolução, e subscreve ainda requerimento no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no qual pedem a suspensão da vigência da norma.

Os magistrados afirmam que a Resolução viola, por exemplo: (a) as garantias da imparcialidade e da independência do juiz e do devido processo legal, tanto sob a ótica do magistrado, que deseja bem realizar o seu ofício, como sob a ótica do jurisdicionado, que tem o direito de não ter sua causa julgada por magistrado que se considere suspeito para fazê-lo; (b) o direito à privacidade e intimidade do magistrado; e (c) a isonomia de tratamento entre os magistrados, porque retrata discriminação injustificada entre magistrados de primeiro e segundo graus em comparação com os magistrados dos Tribunais Superiores, os quais não estão submetidos às mesmas obrigações.

As entidades ressaltam, também, que a matéria não poderia ser disciplinada pelo CNJ, pois é de competência privativa da União por meio de lei ordinária, ou do STF, disposta no Estatuto da Magistratura, por meio de lei complementar.

### Cronologia da atuação das entidades contra a Resolução nº 82/2009

**26/6** - A Anamatra, Ajufe e AMB ajuizam ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de suspender a eficácia da Resolução nº 82. No documento, as entidades afirmam que a norma é inconstitucional. A ADI de nº 4.260 está sob a relatoria da ministra Ellen Gracie.

**8/7** - As três entidades requerem ao CNJ a suspensão da vigência da Resolução nº 82, editada pelo Conselho em 9 de junho do corrente ano

**7/8** - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa concede liminar no Mandado de Segurança nº 28.089-1, impetrado pelo desembargador João de Assis Mariosi do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em face da Resolução nº 82/2009. O pedido de Mariosi tem teor similar à ADI impetrada pela Anamatra, Ajufe e AMB.

**13/8** - As entidades protocolam no CNJ pedido ratificando a posição contrária das entidades quanto à Resolução.

**27/8** - As associações impetram mandado de segurança no STF (MS 28215), pedindo a suspensão liminar da Resolução nº 82 e, no mérito, a sua anulação. A relatoria do MS fica com o ministro Carlos Ayres Britto. ■

## Juízes do Trabalho substitutos têm direito à ajuda de custo em caso de remoção a pedido, reconhece CNJ

Foto: Arquivo Anamatra



O CNJ respondeu afirmativamente à consulta da Anamatra (2009.10.00.001426-4) no dia 19 de agosto e reconheceu o direito ao pagamento de ajuda de custo aos juízes do Trabalho substitutos nas remoções de ofício ou a pedido.

Em seu voto, o relator do processo, conselheiro Walter Nunes, reconheceu o direito dos juízes do Trabalho substitutos ao recebimento da ajuda de custo nas remoções, de ofício ou a pedido, já que em ambos os casos elas ocorrem por interesse do serviço. O relator reconheceu também que o recebimento da ajuda de custo não ficaria limitado ao prazo de um ano, já que não há essa previsão na lei ordinária que regulamenta o direito.

O ministro Ives Gandra Filho, entretanto, divergiu parcialmente do voto do conselheiro Walter Nunes, tão somente no tocante ao prazo, e propôs que não haja recebimento de nova ajuda de custo nas remoções que ocorram dentro do período de um ano, conforme já decidido pelo CNJ anteriormente. A divergência foi seguida pela maioria dos conselheiros.

O pedido da Anamatra foi sustentado por seguidas decisões do próprio CNJ, nas quais o Conselho julgou que os magistrados do Trabalho têm direito de receber ajuda de custo quando de sua remoção de uma sede para outra, ainda que a remoção se dê a pedido.

“Em vários tribunais há juízes substitutos que são fixados em determinadas regiões/circunscrições da mesma forma que os titulares de Vara, de modo que permanecem nessa localidade durante muito tempo, dividindo igualmente de condições de trabalho das unidades jurisdicionais com o juiz titular, mas sem que os Tribunais acolham pleitos de deferimento de ajuda de custo quando das remoções”, fundamentou a Anamatra em memorial entregue aos conselheiros anteriormente ao julgamento. ■



## Entidades pedem ao STF e STJ participação nos julgamentos que envolvam debates sobre a competência da Justiça do Trabalho



Fotos: Arquivo Anamatra

Operadores do Direito do Trabalho com o ministro Gilmar Mendes

Os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Cesar Asfor Rocha, receberam da Anamatra e de mais sete entidades ligadas ao Direito do Trabalho – Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho (Jutra), Academia Nacional do Direito do Trabalho (ANDT) e Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal) –, ofício pedindo participação de forma conjunta nos julgamentos que envolvam debates sobre a competência da Justiça do Trabalho. De acordo com o documento, essa participação será feita com a apresentação de memoriais e realização de audiências que deverão ser solicitadas ao presidente do Supremo e aos ministros do tribunal.

Na reunião com Gilmar Mendes ocorrida no dia 28 de julho – que contou ainda com a participação do secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rubens Curado, e de representantes de todas as entidades que subscreveram o documento –, o presidente da Anamatra afirmou que a intenção é levar uma contribuição ao Supremo no que se refere à competência da Justiça do Trabalho.

Para Luciano Athayde, a Emenda Constitucional nº 45/2004 trouxe grande ampliação na competência da Justiça do Trabalho, leitura também realizada pela comunidade jurídico-trabalhista. “Temos alguns reflexos da jurisprudência, entendendo, por exemplo, que relação de trabalho não é uma categoria nova, igualando-a à locução anterior de ‘relação de emprego’. Para os operadores da Justiça do Trabalho, tal entendimento, *data venia* das respeitáveis decisões do STF e do STJ, é equivocado pois a locução ‘relação de trabalho’ alcança todos os prestadores e tomadores de serviço, ainda que o trabalho não tenha ocorrido sob a forma subordinada”, ponderou.

Ainda de acordo com o ofício, as entidades afirmam categoricamente que a alteração do art. 114 trazida pela Emenda 45 vem sendo interpretada de forma restritiva. No documento, há a preocupação, sobretudo, com a perda de histórica competência da Justiça do Trabalho, podendo ensejar, ao fim e ao cabo, que a competência pós-EC 45 venha a ser menos abrangente do que antes da aprovação de tal Emenda, inserta na chamada Reforma do Judiciário. Também preocupa à Anamatra e às demais entidades o consequente deslocamento de centenas de milhares de ações que tramitam na Justiça do Trabalho para a Justiça Comum, caso prevaleça o entendimento restritivo, acerca da amplitude da Emenda Constitucional nº 45.

### Súmula 366 do STJ

Na audiência com o presidente do STJ, Cesar Asfor Rocha, ocorrida no dia 29 de julho, além do documento entregue, foi pauta também da reunião a Súmula 366 do STJ, de 26 de novembro de 2008, que afirma ser da Justiça estadual a competência para processar e julgar ação indenizatória proposta por viúva e filhos de empregado falecido em acidente de trabalho. Na ocasião, o presidente da Anamatra, Luciano Athayde, deu ciência ao ministro da decisão do STF de 3 de junho, na qual o plenário, ao julgar o Conflito de Competência nº 7.545, decidiu, por unanimidade, que a competência para julgar esses tipos de casos é da Justiça do Trabalho.

“Isso tem causado insegurança jurídica, pois a Súmula está em confronto com a jurisprudência do plenário do Supremo”, afirmou Luciano Athayde, ao lembrar que no dia 25 de maio, a Anamatra protocolou no STJ requerimento para revogação da Súmula 366.

Participaram da reunião no STJ, além do presidente da Anamatra, a secretária-geral da entidade, Fátima Stern, o presidente da ALJT, Hugo Cavalcanti Melo Filho, o presidente da ANPT, Fábio Leal, e Roberto Caldas, da comissão nacional de direitos sociais da OAB. ■



Ministro Asfor Rocha também recebeu os magistrados, procuradores e advogados



# CNJ e Corregedorias editam Resolução para reduzir taxa de congestionamento nos órgãos judiciários

Foto: ASCOM/CNJ



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Corregedoria Nacional de Justiça, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal e a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho editaram resolução conjunta com objetivo de adotar medidas que reduzam a taxa de congestionamento nos órgãos judiciários de primeiro e segundo graus. A assinatura do documento deu-se na abertura da 87ª sessão plenária do CNJ, ocorrida em

4 de agosto, a primeira da nova composição do Conselho.

A Resolução nº 1/2009 vem ao encontro do esforço dos tribunais brasileiros pelo cumprimento de meta nº 2, estabelecida pelo Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, que determina que devem ser julgados, até o final do ano, todos os processos que deram entrada na justiça até dezembro de 2005.

Pelo documento, os tribunais brasileiros (de justiça, federais, do trabalho, eleitorais e militares) deverão adotar algumas medidas voltadas à agilização da prestação jurisdicional. Entre as medidas destaca-se a que possibilita o aproveitamento da atuação preferencial de magistrados e servidores de órgãos judiciários não congestionados, inclusive nos feitos de jurisdição federal delegada, caso seja solicitado pela Justiça Estadual.

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, destacou a importância da Resolução. “A justiça brasileira é uma só, admitindo a possibilidade de cooperação entre seus diversos ramos para a concretização das metas traçadas pelo Planejamento Estratégico do Poder Judiciário”, ressaltou o magistrado.

Também pela Resolução fica estabelecido que os Tribunais Regionais do Trabalho e os Tribunais Regionais Federais deverão informar às respectivas Corregedorias-Gerais as medidas implementadas para o cumprimento da Resolução nº 1 e, mensalmente, o quantitativo de processos remanescentes relativos aos feitos distribuídos até 31 de dezembro de 2005 e pendentes de julgamento. ■

## CSJT acolhe pedido da Anamatra e suspende concurso para juiz na 12ª Região

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) acolheu no dia 28 de agosto, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, ministra Cristina Peduzzi, pedido de providência formulado pela Anamatra (CSJT - 208800/2009-000-00-00.7) no qual a entidade pedia a anulação do edital de convocação do concurso nacional para juiz do Trabalho substituto da 12ª Região e a abertura de certame para remoção. O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, esteve presente à sessão do CSJT, no qual a entidade possui assento e voz permanentes.

Peduzzi, que já havia concedido liminar no pedido, formulou seu voto nos

termos o art. 5º, caput, e § 2º da Resolução nº 21/2006 do CSJT, que determina só ser válida a abertura de concurso público para preenchimento de vagas de juiz do Trabalho substituto caso

elas sejam previamente oferecidas em procedimento de remoção. “O fundamento deste Conselho foi reafirmado e validado pelo CNJ”, afirmou Peduzzi em seu voto. ■



Foto: Arquivo Anamatra



## Ministro Gilmar Mendes defende participação dos juízes no planejamento estratégico

Foto: Arquivo Anamatra



O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhado de dirigentes da entidade e integrantes do Conselho de Representantes, participou no dia 8 de julho de reunião com o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes. O encontro, que teve como objetivo discutir a importância do planejamento estratégico para os tribunais e os projetos de interesse da magistratura, também contou com a participação de dirigentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e do secretário-geral do CNJ, juiz do Trabalho Rubens Curado.

Em sua intervenção, o ministro Gilmar Mendes falou da importância da participação das entidades de classe e dos juízes de todas as instâncias no planejamento estratégico dos tribunais. Segundo o ministro, as diversas inspeções realizadas nas Regiões têm revelado problemas pontuais, a exemplo da alocação de recursos muitas vezes concentrada nos tribunais, ocasionando más condições de trabalho para os juízes de 1º grau. “Precisamos avançar a partir da participação geral e de parceiras”, afirmou.

Gilmar Mendes também falou das estratégias para o cumprimento da meta nº 2, que visa o julgamento, ainda esse ano, de todos os processos distribuídos até 31 de dezembro de 2005; pediu uma maior integração entre as justiças estadual e federal e ressaltou a importância do

Pacto Republicano. “Estamos preocupados com o funcionamento da justiça e não estamos medindo esforços para vencermos”, finalizou Gilmar Mendes, ao pedir o apoio institucional das entidades para o que denominou uma justiça integrada e um modelo constitucional uno e único que, segundo ele, é meta do CNJ.

Luciano Athayde falou da posição da Justiça do Trabalho em relação ao planejamento estratégico, exaltando a Resolução nº 70 do CNJ que garantiu a participação das entidades de classe e dos juízes de 1º e 2º graus no planejamento. “A Resolução é um marco histórico e sinaliza para o que o ministro Gilmar denominou de ‘nova institucionalização para os tribunais’”, afirmou, relatando que o Conselho de Representantes da Anamatra, em reunião no dia 1º de julho, decidiu apoiar a Resolução e participar de forma efetiva do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.

Ainda sobre o planejamento estratégico, o presidente da Anamatra relatou a deliberação do Conselho de Representantes da Anamatra pela criação de uma assessoria de orçamento, com o objetivo de subsidiar as comissões sobre o tema nos tribunais. Segundo Luciano Athayde, o tema ainda é de desconhecimento dos magistrados o que compromete, inclusive, a gestão bienal da entidade. “Precisamos planejar e acompanhar a execução orçamentária, dando uma contribuição efetiva e qualificada”, afirmou.

Além do presidente da Anamatra, participaram reunião no CNJ o diretor de assuntos legislativos, Ary Marimon Filho, o diretor de prerrogativas e assuntos jurídicos, Germano Siqueira, a diretora de eventos e convênios, Carla Leal, e os seguintes membros do Conselho de Representantes da Anamatra: Luciana das Neves (Amatra 1), Sônia Lacerda (Amatra 2), Olívia Coelho (Amatra 3), Luiz Antonio Colussi (Amatra 4), Viviane de Faria (Amatra 5), Érico Renato Cordeiro (Amatra 6), André Cavalcanti (Amatra 13), Vitor Yamada (Amatra 14), Fernando Falcão (Amatra 19) e Leonadro Ely (Amatra 24). ■

CONFIRA NAS PÁGINAS 5 E 6 ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO-GERAL DO CNJ, RUBENS CURADO, SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

## CNJ inicia julgamento sobre regulamentação de licença de m

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou no dia 19 de agosto julgamento do Procedimento de Controle Administrativo (2009.30.00.000042-9) que dispõe sobre o estabelecimento de normas para afastamento de magistrados para exercerem presidências em entidades de classes.

Em seu voto, o relator do processo, ministro Ives Gandra Filho, limitou a concessão da licença para os presidentes de associações, tendo como base o número de associados das entidades. No entendimento do con-

selheiro, apenas associações com mais de 200 associados poderiam ter seus presidentes licenciados totalmente da jurisdição. Para as associações de 100 a 199 associados, o afastamento seria concedido apenas com substituto designado. Já para as entidades com até 100 associados, os afastamentos seriam pontuais.

O conselheiro Walter Nunes iniciou a divergência, na qual explicitou, entre outros pontos, seu entendimento de que a independência do magistrado vai

ficar extremamente comprometida, caso esteja na atividade judicante e dirigindo entidade associativa. O conselheiro também falou de sua experiência pessoal como dirigente associativo e explicitou entendimento no sentido da dificuldade do exercício das duas funções simultaneamente. Os conselheiros Felipe Locke, Jefferson Kravchychyn, Jorge Hélio e Marcelo Neves também manifestaram divergências similares a Walter Nunes.

O julgamento foi adiado pelo pedido de vistas antecipado do conselheiro



# CNJ empossa novos conselheiros para o biênio 2009/2011



Os doze membros da nova composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tomaram posse oficialmente no dia 3 de agosto, em Brasília. Na Justiça do Trabalho, os representantes são o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra da Silva Martins Filho e os magistrados Nelson Tomaz Braga, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, e Morgana de Almeida Richa, titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba (PR).

A solenidade de posse foi conduzida pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, e contou com a presença de diversas autoridades. Pela Anamatra, estiveram presentes o vice-presidente, Renato Henry Sant'Anna, e o diretor de prerrogativas e assuntos jurídicos, Germano Siqueira. "A Anamatra continuará atuando junto ao CNJ e acompanhando os pleitos de interesse da magistratura, confiante na nova composição e nos integrantes da Justiça do Trabalho no Conselho", afirmou Sant'Anna.

Os membros do Conselho de Representantes da Anamatra Sônia Lacerda (Amatra 2), Luiz Antonio Colucci (Amatra 4), Gilberto Martins (Amatra 10), Bráulio Gusmão (Amatra 9) e Fernando Falcão (Amatra 19) também prestigiaram a solenidade, juntamente com juízes do Trabalho de diversas regiões do país.

## Expectativas

Os três representantes da Justiça do Trabalho nesta que é a terceira composição do CNJ compartilharam de expectativas semelhantes à frente do cargo, em especial no que tange a importância do planejamento estratégico do Poder Judiciário.

Para o ministro Ives Gandra Filho, a expectativa é que a terceira gestão seja mais focada no planejamento do que na atividade correicional. "Que nós já tenhamos superado essa fase para podermos pensar grande no Poder Judiciário", afirmou o ministro. De maneira semelhante declarou a juíza Morgana Richa. "Há um compromisso e engajamento de todos os conselheiros no sentido de continuidade dos projetos em andamento, com enfoque mais acentuado no planejamento estratégico do Judiciário que talvez seja ponto de maturação do Conselho", afirmou.

O juiz Nelson Tomaz Braga também falou de sua expectativa como conselheiro. "Quero contribuir como já venho fazendo para o engrandecimento da Justiça do Trabalho e da justiça brasileira. Estou aqui não como conselheiro, mas como ouvidor e como soldado da nação brasileira", declarou o magistrado. ■

## Magistrados para exercerem presidência de entidades de classe

do Nelson Tomaz Braga. Não foram colhidos votos, além daquele do conselheiro Ives Gandra Filho.

Em memorial entregue a todos os conselheiros anteriormente ao julgamento, a Anamatra ressaltou o caráter discriminatório da norma e o viés "anti-associativo, que busca 'criar subclasses de associações' e na prática enseja o 'fechamento branco' das entidades menores que terão o seu funcionamento e representação prejudicados ou inviabilizados".

A entidade lembrou também que não há qualquer relação entre taxa de congestionamento e o fato de dirigentes associativos estarem ou não licenciados de suas funções judicantes. Outro ponto elencado pela Anamatra no memorial foi o fato de a proposta violar o princípio de reserva de lei e que a licença está prevista, expressa e incontrovertidamente, na Lei Orgânica da Magistratura.

"A licença associativa plena, já reconhecida várias vezes pelo CNJ, é responsável pelos avanços nos movimentos da

magistratura nos últimos vinte anos e sua restrição representa incalculável retrocesso", explica o diretor de prerrogativas e assuntos jurídicos da Anamatra, Germano Siqueira,.

Além dos memoriais, foram entregues aos conselheiros cópias de parecer do professor Luis Roberto Barroso que, opinando sobre proposta a pedido da Anamatra, entendeu ser impossível haver disciplinamento restritivo pelo CNJ sobre a temática das licenças associativas. ■



## Dirigentes da Anamatra prestigiam entrega da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

Foto: Arquivo Anamatra



Presidente do TRT da 9ª Região, Rosalie Michaele Bacila Batista, foi uma das agraciadas

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, e a diretora de aposentados, Cristina Valero, prestigiaram nesta terça-feira (11/8) a entrega da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Desde que foi criada em 1970, a Ordem do Mérito homenageia pessoas e instituições que se distinguiram em suas profissões ou serviram de exemplo para a sociedade. Estiveram presentes também entre outros magistrados da Justiça do Trabalho, os presidentes de Amatras Sonia Maria Lacerda (2ª Região), Luiz Antonio Colussi (4ª Região) e Bráulio Gabriel Gusmão (9ª Região), além do presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT), Hugo Cavalcanti Melo Filho.

Entre os agraciados deste ano com a comenda Grã-Cruz estão o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, José Múcio Monteiro Filho, o ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel, e o presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Carlos Alberto Marques Soares. Ao todo, 37 pessoas foram homenageadas durante a cerimônia.

Como prevê o regimento interno do TST, a entrega das comendas deve acontecer sempre no dia 11 de agosto, quando se comemora a fundação dos cursos jurídicos no Brasil e o dia do advogado.

Confira os magistrados do Trabalho agraciados:

### Grau Grande Oficial

- Tarcísio Alberto Giboski (aposentado) (promoção), ex-presidente do TRT da 3ª Região; Rosalie Michaele Bacila Batista, presidente do TRT da 9ª Região; Gerson de Oliveira Costa Filho, ex-presidente do TRT da 16ª Região; e Ricardo Geraldo Monteiro Zandona, presidente do TRT da 24ª Região.

### Grau Comendador

- Amélia Valadão Lopes (aposentada), TRT da 1ª Região; Sônia Maria de O. Prince Rodrigues Franzini, vice-presidente do TRT da 2ª Região; Carmem Camino (aposentada), TRT da 4ª Região (RS); Celsemy Manoel Andrade (aposentado), TRT da 5ª Região; André Rodrigues Pereira da Veiga Damasceno, TRT da 10ª Região; e Brasilino Santos Ramos, TRT da 10ª Região. ■

## Magistrados integram grupo gestor do Programa Casas de Justiça e Cidadania do CNJ

O grupo gestor nacional do Programa Casas de Justiça e Cidadania, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tem entre seus integrantes dois representantes da Justiça do Trabalho: os juízes Gustavo Vieira (Amatra 4) e Noemia Porto (Amatra 10).

O programa foi lançado pelo CNJ em dezembro do ano passado e busca, entre outros pontos, integrar a sociedade com o Poder Judiciário em espaços físicos cedidos pelos órgãos, onde haverá o trabalho voluntário com oferta de cursos de profissionalização, informações sobre serviços públicos, conhecimentos sobre cidadania, direito, saúde, assistência judiciária voluntária e mecanismos para a solução de conflitos. Um dos primeiros estados a receber o Programa Casas da Justiça e Cidadania foi o Piauí.

Segundo Noemia Porto, o grupo gestor está fazendo um mapeamento das iniciativas de boas práticas no Judiciário. “O programa é importante, porque traduz o que está descrito na Constituição sobre os Poderes, que são espaços públicos e devem estar comprometidos com a

cidadania como um todo e não apenas na solução de processos, no caso do Judiciário”, afirmou a magistrada, ao relatar que desde os primeiros encontros a experiência adquirida pelas atividades desenvolvidas através do Projeto Cidadania e Justiça, de parceria da Amatra 10 e do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, foi colocada à disposição do grupo gestor.

Para Gustavo Vieira, o Programa Casas de Justiça e Cidadania vem ocupar um grande espaço de ação e de responsabilidade social do Poder Judiciário. “É importante que o Programa seja um articulador de ações solidárias regionais, estimulando e prestigiando os projetos que já se consolidaram em cada Estado”, disse o magistrado. Ao falar da importância do projeto do CNJ, Gustavo Vieira lembrou do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), criado pela Anamatra e aplicado nas Regiões pelas Amatras. “Há objetivos comuns que entrelaçam as iniciativas e que, certamente, haverão de contribuir para o compartilhamento de ideias e realizações”, afirmou. ■

# Anamatra defende rejeição de proposta de súmula vinculante que restringe competência da Justiça do Trabalho

Foto: Arquivo Anamatra



O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, e o diretor de informática, José Ribamar Oliveira Lima Júnior, entregaram no dia 14 de julho ao advogado-geral da União, ministro José Antonio Dias Toffoli, cópia da manifestação contrária da entidade à Proposta de Súmula Vinculante (PSV) nº 28 do Supremo Tribunal Federal (STF). O documento já foi enviado ao Supremo. O enunciado da PSV determina que “a competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança apenas a execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir”.

Para a Anamatra, o enunciado na proposta de súmula limita a competência da Justiça do Trabalho às execuções das contribuições previdenciárias às “condenações” constantes das sentenças que proferir, excluindo os valores não reconhecidos no vínculo empregatício.

No documento, a entidade afirma ainda que a interpretação do art. 114, inc. VIII, da Constituição Federal deve alcançar não apenas as contribuições previdenciárias devidas com o pagamento dos salários determinado na condenação, como, igualmente, aquelas que deveriam ter sido pagas no âmbito do contrato de trabalho reconhecido, independentemente de condenação.

## Competência para julgar ações regressivas

Na audiência, os dirigentes da Anamatra discutiram também sobre a competência para julgar as ações regressivas, no caso das despesas que o INSS tem com o trabalhador acidentado, em que forem constatadas que o trabalhador sofreu o acidente por culpa ou dolo da empresa.

Participaram também da audiência, o procurador-geral federal substituto Marcelo Silva e o procurador-geral adjunto da Fazenda Nacional Fabrício Soller. ■

## Anamatra assume coordenação da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público

Os integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público reuniram-se no dia 30 de junho na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, e o vice-presidente, Renato Sant’Anna, participaram do encontro.

Na reunião, a Anamatra foi escolhida para coordenar a Frente Associativa pelos próximos seis meses. Desde o início de 2009, a Frente estava sob a coordenação do presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha.

Criada em 2007, a Frente Associativa reúne oito entidades de classe com o objetivo de unir esforços para discutir questões de interesse comum às carreiras. São elas: a Anamatra, a Associação dos Juízes Federais

Foto: Arquivo Anamatra



do Brasil (Ajufe), a Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), a Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal (Amajum), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação

Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) e a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM). ■



# Comissão do MJ volta a discutir modernização da legislação trabalhista

A Comissão constituída pelo Ministério da Justiça com o objetivo de discutir a modernização da legislação trabalhista voltou a se reunir no dia 30 de junho. O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou do encontro que objetivou debater e elaborar propostas para auxiliar o governo federal a aprimorar e a modernizar a legislação material e processual do trabalho, conforme disposto no *II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo*.

A comissão, que é dividida nas subcomissões de Direito Individual, de Direito Coletivo e de Direito Processual, debateu as propostas de reforma processual, em especial, a que moderniza a execução trabalhista. Foram também objetos de debate os anteprojatos sobre a terceirização e as novas tutelas jurídicas, entre elas, o teletrabalho, o trabalho eventual e a transferência de empregados para o exterior. Ainda na reunião, o grupo recebeu o representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) André Luis Grandizoli, que falou sobre o conjunto de propostas elaboradas pela Comissão encaminhadas ao Ministério para avaliação.

Na ocasião, o presidente da Anamatra aproveitou para pedir empenho da Comissão para aprovação no Congresso Nacional do Projeto de Lei 7077/2002, que instituiu a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). O objetivo da proposta, que foi elaborada pela Anamatra, é com-

Foto: Arquivo Anamatra



bater os altos índices de inadimplência e a demora na quitação dos débitos trabalhistas, exigindo o documento das empresas contratadas pelo poder público.

A reunião foi presidida por Rogério Favreto, secretário da Reforma do Judiciário, e contou com a participação de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat) e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). O encontro contou ainda com a participação dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício Godinho Delgado, Lelio Bentes Corrêa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Rosa Maria Weber. Também compareceram à reunião o ministro aposentado

do TST Luciano de Castilho e o então conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Antonio Umberto de Souza.

## Subcomissão

O presidente da Anamatra participou no dia 28 de julho de reunião da subcomissão de Direito Processual. A reunião contou com a participação dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Rosa Maria Weber. Também compareceram à reunião o ministro aposentado do TST Luciano de Castilho, o então conselheiro do CNJ Antonio Umberto de Souza e representantes de entidades de classe. ■

## Dirigentes da Anamatra discutem com ministro do Planejamento orçamento do Poder Judiciário

O presidente e o vice-presidente da Anamatra, respectivamente, Luciano Athayde Chaves e Renato Henry Sant'Anna, estiveram reunidos no dia 20 de julho com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Na audiência, os dirigentes da Anamatra debateram com o ministro diversas questões relacionadas à área orçamentária. O presidente da Anamatra, Bráulio Gabriel Gusmão, também participou da reunião.

O presidente da Anamatra ressaltou que está em curso uma mudança de paradigma no que se refere à construção do orçamento do Poder Judiciário. Segundo Luciano Athayde, "as resoluções 70 e 79 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realçam o papel dos magistrados e das associações na elaboração e execução dos orçamentos dos tribunais".

Os dirigentes associativos propuseram ao ministro, ainda, a construção de uma parceria institucional com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para a melhor ca-

Foto: Ilkens Souza/Ascom – Min. do Planejamento



pacitação dos magistrados em assuntos orçamentários e de finanças públicas, o que será, segundo o ministro, encaminhado pelo Ministério junto à Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP). ■

# Dirigentes associativos participam da abertura II Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou no dia 20 de agosto da solenidade de abertura do II Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) sob a coordenação geral do ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos. Integrantes do Conselho de Representantes da Anamatra e diversos juízes do Trabalho também compareceram à solenidade e participaram do evento.

O encontro teve como objetivo discutir os vários aspectos relacionados à prática esportiva profissional dos atletas de futebol. A abertura do evento contou com a participação de várias autoridades, entre elas o ministro de Estado dos Esportes, Orlando Silva, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, o vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, além de ministros do TST e de outros tribunais superiores.

“A proposta do evento é aprofundar o debate sobre o mundo jurídico-desportivo, envolvendo magistrados, advogados e especialistas,” explicou o presidente do TST, ministro Moura França, na abertura do evento. Segundo o magistrado, o futebol é uma importante fonte geradora de emprego, mas também de conflitos trabalhistas entre jogadores, clubes e outros segmentos que, direta ou indiretamente, com ele mantém relacionamento.

Luciano Athayde também fez sua saudação para os congressistas, onde afirmou que o mundo jurídico-desportivo é uma

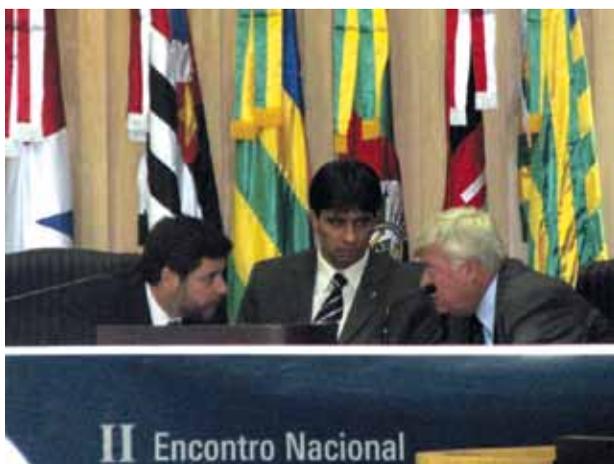


Foto: Arquivo Anamatra

Ministro Caputo Bastos, Luciano Athayde e Ricardo Teixeira

área pouco conhecida pelos magistrados. “Os juízes do Trabalho estão aqui na perspectiva de reconhecer que a legislação esportivo-trabalhista é um marco regulatório na justiça de nosso país”, afirmou, ao registrar a maciça participação dos juízes do Trabalho no encontro “Acredito que o evento contribuirá para o desenvolvimento de uma teoria dessa legislação, possibilitando uma maior distribuição da justiça, em uma área tão assimétrica”, disse. ■

## Anamatra solicita informações ao MTE sobre andamento do anteprojeto sobre adicional de insalubridade

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde, enviou no dia 13 de julho ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ofício solicitando informações sobre a posição do Ministério a respeito do anteprojeto elaborado pela Anamatra sobre o adicional de insalubridade. O anteprojeto foi entregue a Carlos Lupi em audiência ocorrida no dia 3 de setembro de 2008.

“Tendo em vista que a matéria continua gerando grande insegurança jurídica, venho reiterar informações a seu respeito”, afirma o presidente no documento.

### O anteprojeto

A preocupação da entidade foi no sentido de sanar um problema criado entre o que dizia a CLT e vinha sendo aplicado até então, e o texto de uma Súmula Vinculante, editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Até maio de 2008, a base para o cálculo do adicional de insalubridade era o salário mínimo. Mas, com a publicação da Súmula Vinculante nº 4, vedando qualquer indexação

ao salário mínimo, criou-se um vácuo legal, já que o texto da súmula também determina que a base de cálculo a ser utilizada deve ser estabelecida por uma nova lei, e não por meio de uma decisão judicial. Por conta disso, o Supremo derrubou, por liminar, uma súmula posterior do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que fixava a base de cálculo no salário básico.

No anteprojeto, a entidade pede uma solução legislativa urgente e relevante, atraindo, assim, o cabimento do instrumento excepcional da medida provisória, alterando o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, e fixando como a base de cálculo do adicional o salário básico do trabalhador.

A sugestão da Anamatra é que o artigo fique com a seguinte redação: “O trabalho em condições insalubres assegura ao trabalhador a percepção do adicional de insalubridade correspondente a 40%, 20% ou 10% incidentes sobre o seu salário básico, segundo a insalubridade se classifique, respectivamente, nos graus máximo, médio ou mínimo, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações de lucros das empresas”. ■



## II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde, participou no dia 18 de agosto na sede da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), em Brasília, de reunião sobre a realização do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado, que acontecerá em 2010, de 9 a 12 de março. Na ocasião, foi deliberado que as entidades organizadoras do evento deverão dar sugestões de palestras e oficinas.

## Prêmio Innovare

Luciano Athayde também esteve presente no dia 25 de junho no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ocasião onde foi realizada a solenidade de lançamento do Prêmio Innovare. Em sua sexta edição, o Prêmio concentrará seus esforços em torno do tema “Justiça Rápida e Eficaz” para premiar práticas bem sucedidas do Poder Judiciário que estejam contribuindo para a modernização, desburocratização e o aumento da qualidade dos serviços da justiça. A solenidade contou com a participação de diversas autoridades, entre elas os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes; do STJ, Cesar Asfor Rocha; e do Conselho Superior do Instituto Innovare, Márcio Thomaz Bastos; o secretário da Reforma do Judiciário, Rogério Favreto; e o presidente das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho.

## Manual de Mediação Judicial

No dia 11 de agosto, o presidente da Anamatra esteve no Ministério da Justiça onde foi lançado o manual de mediação judicial, que visa auxiliar magistrados e gestores públicos no processo de resolução de conflitos. Com 246 páginas, a obra contém orientações sobre como realizar uma mediação, além de indicações sobre como fazer um treinamento e como avaliar o trabalho desenvolvido pelo mediador. A diretora de aposentados, Cristina Valero, e o presidente da Amatra 9, Bráulio Gabriel Gusmão, também compareceram ao evento. O manual de mediação judicial é resultado da parceria do Ministério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Universidade de Brasília (UnB).

## Combate à corrupção eleitoral

A Anamatra é a 42ª entidade a fazer parte do comitê nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que tem sede em Brasília. O comitê acompanha de perto a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e mantém contato com os responsáveis pela adoção de medidas que favoreçam a lisura do processo eleitoral em todo o Brasil.

De acordo com o presidente da Anamatra, a entidade participará no debate de temas que envolvam o combate à contratação irregular em troca de votos, a terceirização irregular com fins eleitorais e despedidas ou ameaças em razão de campanha eleitoral.

Para saber mais sobre o MCCE, acesse o site: [www.mcce.org.br](http://www.mcce.org.br) ■

# Anamatra prestigia posse do novo procurador-geral da República

Foto: Arquivo Anamatra



O presidente da Anamatra, Luciano Athayde, prestigiou no dia 22 de julho a posse do novo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. A solenidade, que aconteceu no auditório da Procuradoria, contou com a presença de diversas autoridades, entre elas, a do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em seu discurso de posse, o novo procurador-geral afirmou que irá, assim como a Constituição brasileira estabelece nas atribuições do Ministério Público, contribuir para o fortalecimento das instituições republicanas. “O Legislativo, o Executivo e o Judiciário podem contar com a firme colaboração para o desempenho de suas missões constitucionais”, disse ao afirmar que o órgão, a despeito de não se afastar do exato cumprimento do dever de apurar desmandos e desvios na conduta dos agentes públicos, não se prestará a servir de instrumento do enfraquecimento institucional de qualquer um dos poderes.

Já o presidente Lula, ao ressaltar a carreira e os conhecimentos jurídicos de Roberto Gurgel, disse que “um dos maiores desafios será o de contribuir para o aprimoramento da justiça brasileira”.

Compareceram também à solenidade entre outras autoridades, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, e diversos presidentes de entidades de classe da magistratura e do Ministério Público. ■



## Assessor de orçamento da Anamatra é apresentado ao Conselho de Representantes da entidade

Foto: Arquivo Anamatra

A Anamatra passará a contar no seu quadro de funcionários com um assessor especializado em orçamento público que atuará no acompanhamento do orçamento da Justiça do Trabalho. Evandro Cesar Fernandes Praça assumiu o cargo no dia 1º de julho. A ideia da Anamatra é contar com a assessoria de um profissional experiente na área de planejamento e execução de orçamento público.



“Será um desafio criar essa assessoria, pois há diferenças entre o orçamento do Executivo, do Legislativo e do Judiciário”, disse o novo assessor ao afirmar que já está começando a conhecer o orçamento e a Justiça do Trabalho. Evandro Cesar Fernandes Praça trabalhou por cinco anos na área de orçamento e planejamento do Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica.

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde, ao apresentar o novo funcionário aos integrantes do Conselho de Representantes da entidade ressaltou a importância da iniciativa pioneira de oferecer base técnica quando os ma-

gistrados forem tratar do assunto. “É um debate que ainda não tem a nossa participação de forma qualificada”, disse ao afirmar que o acompanhamento do orçamento é uma das prioridades desta gestão.

O presidente lembrou ainda que o art. 2º, § 4º da Resolução nº 70, de 18 de março de 2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina que os tribunais garantam a participação efetiva de serventuários e de magistrados de primeiro e segundo graus, indicados pelas respectivas entidades de classe, na elaboração e na execução de suas propostas orça-

mentárias e planejamentos estratégicos.

O vice-presidente, Renato Sant’Anna, também falou sobre a Resolução do CNJ, que segundo ele, pode ser um caminho para ter acesso a um dos instrumentos importantes para o acompanhamento orçamentário que é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Luciano Athayde anunciou ainda a realização da segunda edição do curso sobre orçamento público para os dirigentes das Amatrás com o consultor da Câmara dos Deputados Francisco Glauber para apresentar um panorama do funcionamento do orçamento público nos três Poderes, com ênfase na elaboração, apreciação e execução orçamentária. A primeira edição do curso ocorreu em setembro do ano passado, com a participação da consultora geral adjunta e coordenadora do Núcleo de Estudos Macroeconômicos da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Oádia Rossy Campos. ■

## Juízes da Corte Constitucional do Equador visitam a Anamatra

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, recebeu no dia 27 de agosto, na sede da entidade, em Brasília, os juízes da Corte Constitucional do Equador Edgar Patricio Herrera, vice-presidente da Corte e presidente da terceira sala, e Ruth Bienvenida Seni, presidente da primeira sala. O diretor de informática da Anamatra, José Ribamar Oliveira Lima Júnior, e o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região, Gilberto Augusto Leitão Martins, também acompanharam o encontro.

Na ocasião, além de falar da estrutura da Justiça do Trabalho do Brasil, Luciano Athayde apresentou a Anamatra e o funcionamento do movimento associativo da magistratura trabalhista brasileira. “A Anamatra trabalha para proteger a independência do juiz”, afirmou Athayde, ao ressaltar que a entidade também luta para defender os direitos sociais e a sua efetividade.

Já o magistrado equatoriano destacou entre outros pontos a atuação do Ministério do Trabalho daquele país, que, segundo ele, tem entre as várias atribuições o poder de conciliação entre trabalhador e empregador, o que não acontece no Brasil. Outro aspecto abordado foi a questão da grande demanda de processos para um quadro de poucos magistrados. “Temos poucos juízes”, lamentou Ruth Bienvenida Seni.

Ao final, os magistrados agradeceram a recepção e receberam um broche da Anamatra, além de publicações da



Foto: Arquivo Anamatra

Magistrados equatorianos foram recebidos pelo presidente da Anamatra

entidade. “O diálogo foi muito frutífero. Vamos levar essa motivação que encontramos aqui e o exemplo da moderna administração da Justiça”, afirmou Edgar Herrera, ressaltando que aprendeu muito no Brasil.

A visita dos magistrados do Equador faz parte do Programa de Intercâmbio de Magistrados entre Estados-Parte do Mercosul e Países Associados e o Supremo Tribunal Federal. O programa tem como função disponibilizar experiências e informações do Sistema Judiciário brasileiro a outros países. ■



## Inscrições abertas para os Jogos Anamatra – Bonito 2009

Já estão abertas as inscrições para os Jogos Anamatra – Bonito 2009, que podem ser feitas através do site oficial do evento esportivo. Para acessar, basta entrar na página eletrônica da Anamatra e clicar no banner dos jogos. Cada juiz-atleta ou acompanhante-atleta deverá pagar inscrição no valor de R\$ 200,00, através de boleto bancário disponibilizado no site.

Esta edição dos Jogos será realizada pela Anamatra em parceria com a Amatra 24 na cidade de Bonito (MS), no Zagaia Eco Resort, entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro de 2009.

O presidente da Amatra 24, Leonardo Ely, comemora a reserva de mais de 300 apartamentos pelos participantes do evento, o que segundo ele garante o sucesso dos Jogos. “Bonito é o lugar adequado para receber os colegas juizes e suas famílias e para proporcionar a união da categoria em torno do esporte”, afirma o magistrado.

### Preparativos e novidades

A comissão organizadora do evento realizou nos dias 14 e 15 de julho visitas técnicas ao local do evento para conhecer as instalações. Participaram da visita a diretora de eventos e convênios da Anamatra, Carla Leal, o presidente e o vice-presidente da Amatra 24, respectivamente, Leonardo Ely e Christian Estadulho; além de representantes das empresas envolvidas na organização e das áreas de comunicação e de eventos da Anamatra.

Este ano, mais uma modalidade integrará a grade esportiva dos jogos, que é o biribol, além das já realizadas no ano passado: natação, corrida rústica, futebol society, tênis individual, tênis de mesa, vôlei de praia, xadrez e dominó. ■



## XV Conamat: Regulamentos estão sendo finalizados

O XV Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), evento que em 2010 será promovido pela Anamatra em parceria com a Amatra 10, acontecerá entre os dias 28 de abril e 1º de maio no Centro de Eventos e Convenções Brasil XXI em Brasília. No complexo, também fica localizada a sede da Anamatra, no centro da capital federal, próximo à Praça dos Três Poderes.

O Congresso terá como tema central “A Constituição, o Trabalho e a Democracia: Tensões e Perspectivas”.

As teses do Conamat deverão versar sobre os seguintes subtemas: O ativismo judicial e a separação de poderes; A formação inicial e continuada de magistrados numa sociedade dinâmica; As relações coletivas de trabalho na perspectiva democrática; e O processo do trabalho na perspectiva de efetivação de direitos. Os regulamentos do evento – o geral e o das teses serão disponibilizados em breve no site da Anamatra – [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br).

Para o presidente da Amatra 10, Gilberto Leitão, o Conamat tem o objetivo de olhar para o futuro, direcionando as ações políticas e institucionais da Anamatra, por isso a sua importância



e a necessidade da participação dos juizes do Trabalho de todo o país. “Em Brasília, centro das decisões políticas do País, pretende-se despertar nas lideranças políticas da nação a importância da valorização do Direito do Trabalho como elemento que fomenta a igualdade social, aspecto primordial em um Estado democrático de Direito”, afirma o presidente da entidade regional fazendo referência ao tema central do Congresso.

Confira os temas das conferências e painéis já deliberados pela comissão científica do evento:

### Conferências

- Tensões contemporâneas entre Constituição, trabalho e democracia
- Ativismo judicial e democracia
- Globalização e processo constitucional
- Direitos sociais e cláusula de irretroatividade.
- Trabalho e capitalismo em crise

### Painéis

- Gestão judicial: democracia e planejamento
- O juiz do Trabalho concretiza direitos econômicos, sociais e culturais?
- Movimentos sociais e a ordem jurídica
- Respostas processuais às demandas de massa
- A duração razoável do processo e a jurisdição justa
- Crise econômica e atuação sindical
- Liberdade e unicidade: dilema da representação sindical
- Novas tecnologias, Processo do Trabalho e Direito Digital – tema a definir (\*)

\* Haverá um painel para discussão de questões referentes aos magistrados aposentados, cujo tema também será definido. ■



## Modificações do contrato de trabalho



“Modificações do Contrato de Trabalho & sua Reestruturação Dogmática”, da editora Juruá, é o título do novo livro do juiz do Trabalho da 13ª Região Cláudio Pedrosa Nunes, lançado no dia 23 de julho.

A obra trata do Direito do Trabalho frente às demandas econômicas-tecnológicas globais, além de apresentar uma reinterpretação e reordenação da dinâmica e do conteúdo das modificações das condições de trabalho. Além disso, Cláudio Pedrosa versa sobre as modificações contratuais no contexto das políticas de emprego e do direito ao trabalho.

Mais informações pelo site [www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br).

## Intangibilidade nos direitos trabalhistas

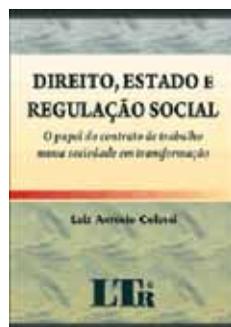


O desembargador da 5ª Região Edilton Meireles lançou, no dia 31 de julho, o livro “Intangibilidade nos Direitos Trabalhistas”. A obra foi publicada em autoria conjunta com a procuradora do Estado da Bahia Ana Cristina da Costa Meireles.

Neste livro, os autores enfrentam, à luz da doutrina constitucional, um tema bastante caro ao Direito do Trabalho: a intangibilidade dos direitos dos trabalhadores, em linguagem objetiva e acessível, que, com certeza, levará o leitor a inúmeras reflexões.

O livro também pode ser adquirido por meio do site da editora LTr - [www.ltr.com.br](http://www.ltr.com.br).

## Regulação social



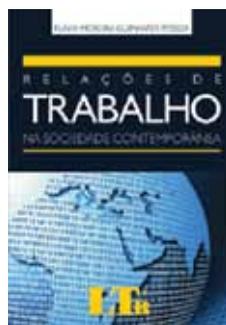
O presidente da Amatra 4, Luiz Antonio Colussi, lançou, no dia 14 de agosto, o livro “Direito, Estado e Regulação Social - O papel do contrato de trabalho numa sociedade em transformação”.

A obra trata sobre a possível releitura do Direito do Trabalho a partir da concreção da Constituição Federal, que dignifica a pessoa humana e valoriza o trabalho, fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro.

A partir desse princípio, o autor acredita que é possível lutar contra o retrocesso do direito social, que deve avançar mesmo nos momentos de crise com a adoção do princípio da função social dos contratos no contrato de trabalho.

A publicação pode ser adquirida por meio do site da editora LTr - [www.ltr.com.br](http://www.ltr.com.br).

## Relações de trabalho na sociedade contemporânea



A juíza do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa (Amatra 20) lançou o livro intitulado “Relações de Trabalho na Sociedade Contemporânea”.

Na obra, a autora aborda as seguintes questões: Como se desenvolvem as relações de trabalho nos dias de hoje? Qual o tratamento jurídico dado ao trabalho autônomo no direito estrangeiro? Essas soluções

podem ser adotadas no Brasil?

A publicação fornece ao estudante e ao profissional o conteúdo necessário para discutir os principais temas do Direito do Trabalho na atualidade.

A publicação também pode ser adquirida por meio do site da editora LTr - [www.ltr.com.br](http://www.ltr.com.br).



### Ana.Web

Os associados da Anamatra têm à sua disposição uma área restrita no site da Anamatra – a Ana.Web. Lá, são encontradas informações sobre convênios, documentos restritos, o Informativo da Anamatra em PDF, entre outras facilidades.

O acesso à Ana.Web é feito por login e senha, criados a partir do código de acesso, encaminhado, em outubro de 2007, por correio a todos os associados, juntamente com um

pequeno manual de informações sobre uso e acesso aos serviços.

Caso não tenha recebido o código de acesso por correio, entre em contato com a Secretaria da Anamatra ([secretaria@anamatra.org.br](mailto:secretaria@anamatra.org.br)) para verificar se seu cadastro está atualizado e solicitar o envio por e-mail. No caso de perda ou esquecimento, também basta entrar em contato com a nossa secretaria. ■



## Jus-Redator

O juiz do Trabalho da 10ª Região Denilson B. Coêlho apresentou no dia 20 de agosto ao Conselho de Representantes da Anamatra o sistema Jus-Redator. O sistema tem como objetivo permitir ao magistrado criar suas decisões com maior agilidade, levando em consideração sempre seus próprios textos e raciocínio lógico. Entre as facilidades estão a disponibilização de calculadoras de jornada de trabalho e de prazo processual. Além disso, o Jus-Redator armazena os fundamentos do magistado e sua interpretação sobre doutrinas e legislação, auxiliando, portanto, nas sentenças que versarem sobre casos similares. Para adquirir gratuitamente o programa, basta acessar o site <http://jusredator.blogspot.com/> e se inscrever na lista de discussão, que tem como objetivo, também, trazer novidades do sistema, novas versões e tirar dúvidas dos usuários.

## Especialização em direitos humanos

Os juízes e procuradores do Trabalho que fazem parte da 2ª turma do “Curso de Especialização em Teoria Crítica dos Direitos Humanos: Globalização e Direitos” da Universidade Pablo de Olavide (UPO) assistiram no dia 28 de agosto à aula inaugural, ocorrida na sede da Anamatra. Na ocasião, a coordenadora acadêmica da especialização, juíza do Trabalho da 15ª Região Luciana Caplan, fez a apresentação da metodologia, do uso da plataforma na Internet e do funcionamento do curso aos alunos.

A realização do curso é uma parceria da Universidade Pablo de Olavide (UPO), da Anamatra, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e de outras instituições.

## Comissão da Revista Trabalhista

O diretor de formação e cultura da Anamatra, Fabrício Nogueira, recebeu no dia 9 de julho na sede da Anamatra, em Brasília, integrantes da comissão da Revista Trabalhista Direito e Processo. Participaram da reunião os seguintes integrantes da Comissão: Jessé Cláudio Franco de Alencar, da Amatra 3, José Aparecido dos Santos e Reginaldo Melhado, ambos da Amatra 9. O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, e a atual secretária-geral da Anamatra, Fátima Stern, que exerceu a diretoria de formação e cultura na gestão 2007/2009, também estiveram presentes.

## Visita da Contraf

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, recebeu no dia 22 de julho para uma visita de cortesia representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Central Única dos Trabalhadores (Contraf-CUT). Mirian Fochi, da secretaria de assuntos jurídicos, e Miguel Pereira, da secretaria de organização do ramo financeiro, discutiram com Luciano Athayde projetos sobre a terceirização que estão em estudo nos Ministérios da Justiça e do Trabalho e Emprego, e no Congresso Nacional. O presidente da Anamatra foi convidado também para participar do Seminário Nacional sobre Interdito Proibitório.

## Posse novos dirigentes

Os juízes Gabriel Napoleão Velloso Filho e Narbal Antônio Mendonça Fileti foram empossados no dia 1º de julho durante a reunião do Conselho de Representantes da Anamatra. Os magistrados assumiram, respectivamente, os cargos de diretor de cidadania e direitos humanos e membro do conselho fiscal. Gabriel Velloso e Narbal Fileti não puderam comparecer, justificadamente, à cerimônia de posse da diretoria executiva da entidade, realizada no dia 27 de maio em Brasília.



## Diretora de Aposentados prestigia magistrados da 15ª Região

A diretora de aposentados da Anamatra, Cristina Ottoni Valero, tem feito diversas visitas aos magistrados do Trabalho aposentados em todo o Brasil. No dia 6 de agosto, a magistrada participou do Jantar Anual dos Aposentados da 15ª Região. O evento foi organizado pelo diretor de aposentados da Amatra 15, Hemelino de Oliveira Santos, e contou com a participação dos presidentes da Amatra, Flávio Landi, e do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva.

Diversos magistrados aposentados abrilhantaram a festa da Amatra 15, juntamente com seus familiares, além de diversos juízes do Trabalho da ativa e muitos convidados. Na programação, uma apresentação do Coral do TRT da 15ª Região com clássicos do cancioneiro nacional. A juíza Ana Paula Lockmann também foi homenageada com a aposição de sua foto na galeria de ex-presidentes da Amatra 15.



Foto: Arquivo Amatra 15

Em sua intervenção, Cristina Valero falou em nome da Anamatra, agradecendo o convite da 15ª Região, e registrou sua felicidade em poder estar ao lado dos colegas. “Exalto a iniciativa exitosa da Amatra 15 que merece aplauso, pois atinge o objetivo maior que é reunir amigos em um ambiente agradável e festivo. Espero encontrar todos brevemente nos próximos Jogos

da Anamatra, no Conamat e no 2º Encontro Nacional dos Aposentados”, convidou a magistrada.

Cristina Valero já tem viagens programadas para visitas aos juízes do Trabalho aposentados em Salvador (27/8), Porto Alegre (03/09), Belo Horizonte (11/9), Rio de Janeiro (data a confirmar) e Campinas (data a confirmar). Nos encontros, além do conagraçamento entre os colegas, a magistrada ouvirá os anseios dos aposentados sobre temas diversos. ■

## Evento do TRT 15 discute desafios da execução trabalhista

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou em 2 de julho do 9º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. No evento, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, o magistrado integrou o painel “Execução: o novo olhar da Justiça do Trabalho”, coordenado pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, Carlos Alberto Reis de Paula, e que contou também com a participação do juiz do Trabalho da 24ª Região Júlio César Bebber e do mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná José Aparecido dos Santos.

Entre outros pontos, Luciano Athayde destacou o vanguardismo da Justiça do Trabalho quanto aos procedimentos de execução, atribuído não apenas ao caráter alimentar do crédito trabalhista, mas, sobretudo, ao poder assegurado ao juiz do Trabalho de iniciar a execução de ofício, ou seja, independentemente de provocação do credor. O magistrado reconheceu, no entanto, que, apesar dos avanços obtidos, ainda há muito a melhorar.



Foto: Arquivo Anamatra

“Avançamos bastante com a penhora eletrônica que, apesar dos ataques iniciais, hoje está consolidada, mas o devedor sempre encontra meios de fugir do Estado-Juiz, transferindo seu capital para outros. Temos de enfrentar isso”, afirmou ao ressaltar que um dos motivos do grande congestionamento de processos na fase da execução é que os juízes dedicam pouco tempo a ela. “No Brasil, há o mito da cognição, que faz com que os magistrados se preocupem mais em cumprir prazos da fase de conheci-

mento do que em efetivar a execução, que se acumula”.

Para o Luciano Athayde, execução é resultado. “Enquanto o devedor achar que é melhor dever do que pagar, o número de processos não vai parar de crescer”. Nesse sentido, ele encerrou sua exposição sugerindo que o juiz do Trabalho empenhe uma maior parte de seu tempo nessa fase crítica do processo. O magistrado defendeu ainda o direito do credor de adjudicar o bem penhorado. Para ele, a hasta pública deve ser a última solução. ■

## Anamatra participa do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho

A secretária-geral da Anamatra, Fátima Stern, representando a entidade, participou no dia 21 de agosto de reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra). O encontro foi realizado no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

A Anamatra participou pela primeira vez como convidada da reunião extraordinária do Memojutra, que tem como objetivo acompanhar, orientar e avaliar a política de preservação e tratamento adequado dos acervos dos Tribunais do Trabalho, bem como incentivar a organização de memoriais da Justiça do Trabalho de cada um dos Regionais que ainda não os possuem.

O próximo encontro acontecerá em Belo Horizonte (MG), conco-



Foto: Ascom TRT 8

mitantemente com a realização do 4º Encontro Nacional de Memória da Justiça do Trabalho, dos dias 07 a 09 de outubro. O encontro contará com a participação do corregedor-geral

da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, na abertura. Acesse [www.trt3.jus.br/escola/memoria/encontro](http://www.trt3.jus.br/escola/memoria/encontro) e conheça a programação do evento. ■



# Anamatra é finalista em duas categorias do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça



Pelo quarto ano consecutivo a Revista Anamatra está entre os finalistas do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria “revista”. A publicação, que foi vencedora das três últimas edições do prêmio (2005, 2006 e 2007), concorre com a Revista MPMG Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Revista Via Legal do Conselho da Justiça Federal.

Na categoria “publicação especial”, a Agenda Político-Institucional 2008 da Anamatra concorre com a publicação de cartilhas sobre direitos da população da Associação de Defensores Públicos do Ceará, o relatório do primeiro semestre de 2009 do Supremo Tribunal Federal e o relatório de gestão do Ministério Público de Pernambuco 2007/2008.

O Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça é uma iniciativa do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), uma organização não-governamental sem fins lucrativos, voltada à promoção de debates e ações para aproximar as organizações públicas do cidadão. Lançado em 2003, o prêmio visa contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e serviços das Assessorias de Comunicação a partir do destaque de experiências bem sucedidas na área.

Os vencedores do VII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça serão conhecidos no encerramento do Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom 2009), que acontece entre os dias 2 e 4 de setembro, no Hotel Rio Poty, em São Luis, Maranhão. Mais informações no site [www.conbrascom.org](http://www.conbrascom.org). ■



## Fórum no TRT 1 discute Direito Processual e Material

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou no dia 26 de agosto no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio de Janeiro, da abertura do primeiro Fórum de Direito Processual e Material.

Luciano Athayde elogiou a realização do evento ressaltando que é necessário o debate entre os colegas de trabalho. “Quem vai nos ensinar são os próprios colegas. É o momento de argumentação. O Brasil já tem muitas leis, é necessário também mais justiça. É a oportunidade de formação continuada, não apenas com ciclos de cursos,



Foto: Ascom TRT 1

mas com a oportunidade de revelação de uma doutrina indutiva”, afirmou.

Estavam presentes também na abertura do fórum, além de outras autoridades, o ministro aposentado do Tribu-

nal Superior do Trabalho Arnaldo Sussekind, o presidente do TRT/RJ, desembargador Aloysio Santos, a presidente da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra I), Luciana Gonçalves Pereira das Neves, o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, José Antônio Vieira de Freitas Filho, o presidente da Comissão de Jurisprudência do TRT/RJ, desembargador José da Fonseca Martins Junior, o diretor da Escola de Magistratura (Ematra/RJ), desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha. ■

## Presidente da Anamatra participa da abertura do curso de formação continuada para magistrados no Sergipe

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou no dia 3 de agosto, em Sergipe, da abertura do curso intensivo de formação continuada para magistrados. A realização do curso foi uma promoção da Escola da Magistratura do Trabalho da 20ª Região (Emat 20), com o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e da Amatra 20.

Em sua explanação, o presidente da Anamatra parabenizou o tribunal por suspender os prazos processuais para que todos os magistrados pudessem participar do curso. “Congratulo os colegas por estarem presentes”, disse

Foto: Ascom TRT 20



o magistrado, ao ressaltar a importância do curso para os trabalhos da magistratura.

### O curso

Uma breve parada para reciclar, estudar e refletir sobre o ofício de julgar e sobre a responsabilidade de pacificar os conflitos sociais. Essa foi

a proposta do curso intensivo de formação continuada para magistrados, que aconteceu até o dia 7 de agosto com a participação de magistrados do 1º e 2º graus do TRT de Sergipe e dos estados vizinhos, a exemplo de Alagoas e Bahia. ■



# Magistrados do Trabalho participam da 98ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT

A secretária-geral da Anamatra, Fátima Stern, e o ex-presidente da entidade, Cláudio José Montesso, participaram no mês de junho na cidade de Genebra, Suíça, da cerimônia de abertura e das sessões plenárias da Assembleia Geral da 98ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), sob a presidência de Khandaker Mosharraf Hossain, ministro do Trabalho e Emprego de Bangladesh. A presença dos juízes surgiu a partir de iniciativa do então presidente Cláudio Montesso, quando solicitou junto ao Ministério do Trabalho e Emprego a participação da entidade na comitiva brasileira que estaria presente na conferência.

Pela primeira vez, a Anamatra representou a magistratura do Trabalho brasileira no evento, integrando os seus dirigentes à comitiva oficial do governo brasileiro, na qualidade de observadores. A comitiva brasileira vinculada ao ramo do Direito do Trabalho também foi composta, dentre outros, pelos ministros do Tribunal Superior do Trabalho Pedro Paulo Teixeira Manus e Dora Maria da Costa, pelo juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho, presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT), pelo procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, pela subprocuradora Vera Regina Reis e pela procuradora Juliana Vignoli.

“Na qualidade de defensora do Direito do Trabalho, foi muito importante a participação da Anamatra na Conferência da OIT, onde pudemos vislumbrar a realidade das condições de trabalho de outros países”, afirmou Fátima Stern, ao final do evento. A magistrada registrou o protagonismo da OIT na fixação de parâmetros mínimos para o trabalho, bem como na busca de soluções para problemas, a exemplo a crise mundial. “A importância da troca de ideias e aprendizado recíproco são vitais para todos aqueles que buscam a construção de um mundo mais justo”, concluiu.

A Conferência—que contou com cerca de três mil representantes de governos, trabalhadores e empregadores—, tinha inicialmente como proposta de debate, entre outros temas, a igualdade de gênero e o trabalho decente, porém, cerca de dois meses antes do início das atividades, o diretor-geral da OIT, Juan Somavia, acolheu solicitação dos países membros e reorganizou o objeto da Conferência para enfocar a questão do desemprego no mundo em crise, sem prejuízo dos temas anteriormente previstos. O objetivo foi tentar buscar uma resposta efetiva ao crescente impacto que a crise econômica e financeira está tendo sobre o emprego, a proteção social e o mundo do trabalho.

De 3 a 11 de junho, foram examinadas pelas Comissões as denúncias recebidas pela OIT sobre o descumprimento das suas Normas Internacionais pelos países-membros. Foram analisadas cerca de 13 denúncias, sendo que a maioria delas sobre liberdade sindical.

De 12 a 20 de junho, aconteceu a reunião Plenária da Assembleia Geral da OIT, com funcionamento concomitante das Comissões Temáticas. Nesse período aconteceu a reunião de cúpula, que contou com a presença de cerca de nove chefes de Estado e de governo, entre eles os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, e da França, Nicolas Sarkozy.

Seguiu-se pelo restante dos dias intervenções de ministros, legisladores, representantes de empresas, sindicatos, organizações regionais e outros formadores de opinião em nível mundial sobre a realidade de seus países em face da crise financeira mundial e os mecanismos utilizados para enfrentá-la. Coube ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, falar sobre a situação brasileira e a reação do País com o desenvolvimento de ações e estratégias que permitiram o fomento de empregos e a elevação da renda do trabalhador. “Realizamos uma série de medidas rápidas e de estímulo ao aquecimento de crédito. Também adotamos um discurso

Foto: Arquivo Anamatra



A secretária-geral da Anamatra, Fátima Stern, ladeada à direita pelo ex-presidente da Anamatra Cláudio Montesso e à esquerda pelo presidente da ALJT, Hugo Melo Filho



Foto: Arquivo Anamatra



Fátima Stern e Cláudio Montesso com o procurador-geral do Trabalho, Otávio Brito Lopes, e a subprocuradora Vera Reis

luta contra os efeitos nefastos da crise mundial em relação ao trabalho.

O documento organiza-se num elenco de medidas a serem adotadas frente à crise mundial, as quais criam uma verdadeira rede de proteção social ao trabalhador, ao empregador e aos países membros frente à crise financeira mundial. Os tópicos são os seguintes: uma resposta à crise baseada no trabalho decente; princípios para promover a recuperação e o desenvolvimento; respostas baseadas no trabalho decente; acelerar a criação de postos de trabalho e a recuperação do emprego e respaldar as empresas; estabelecimento de sistemas de proteção social e proteção das pessoas; fortalecer o respeito às normas internacionais do trabalho; diálogo social: negociar coletivamente, identificar as prioridades, estimular a ação; caminho a seguir: dar forma a uma globalização justa e sustentável; e ações da OIT.

em que empresários beneficiados com empréstimos de dinheiro público, com juros subsidiados, não poderiam demitir trabalhadores”, declarou o ministro, ao falar também do Bolsa-Família.

O Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, bem como o aniversário de 10 anos da adoção da Convenção nº 182 da OIT, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil, também foram lembrados.

Ainda em paralelo à plenária e à conferência de cúpula, ocorreram diversas reuniões das comissões temáticas para tratar dos demais temas em pauta na Conferência, tais como: um novo instrumento da OIT sobre HIV/Aids, a realização de um balanço da igualdade de gênero no mundo do trabalho como elemento central da Agenda de Trabalho Decente da OIT, e o exame pela Comissão de Aplicação de Normas e Recomendações das informações e relatórios enviados pelos governos sobre a aplicação de Convenções. Em relação ao HIV/Aids, os debates ocorreram com o objetivo de que seja adotada uma Recomendação sobre o tema, ficando a próxima discussão marcada para junho de 2010.

## O Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, bem como o aniversário de 10 anos da adoção da Convenção nº 182 da OIT, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil, também foram lembrados

### Pacto Mundial para o emprego

O principal resultado da 98ª. Conferência foi a aprovação da resolução “Para recuperação da crise – Um pacto mundial para o emprego”. O documento representa importantes consensos, deliberados a partir da composição tripartite da OIT e grande avanço na

### Participação brasileira

Antes do pronunciamento do Brasil na Conferência de Cúpula, o diretor-geral da OIT, Juan Somavia, e o presidente Lula reafirmaram o compromisso do Brasil em apoiar a Agenda do Trabalho Decente da OIT. Na solenidade, o Brasil fez o depósito da ratificação da Convenção 102 da OIT e o presidente Lula registrou os avanços alcançados pelo Brasil na área da Previdência Social.

Ainda antes da assinatura do documento, o presidente Lula participou de reunião com lideranças sindicais internacionais, que elogiaram a forma como o governo brasileiro vem agindo diante da crise internacional.

Na parte final de seu discurso, Lula fez referência ao compromisso que seria firmado alguns dias depois no Brasil para introduzir novas condições de trabalho nas relações travadas no âmbito da cultura da cana-de-açúcar.

Para conferir mais sobre a Conferência, acesse o site [www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br). ■

Foto: Ricardo Stuckert/PR



Juan Somavia, diretor-geral da OIT, com o presidente Lula (à esquerda) e com o ex-presidente da Anamatra Cláudio Montesso (à direita)



Foto: Arquivo Anamatra



# Diretor de cidadania e direitos humanos participa de reunião do FNPETI

O diretor de cidadania e direitos humanos da Anamatra, Gabriel Napoleão Velloso Filho, participou no dia 1º de julho da segunda reunião ordinária de 2009 do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), que aconteceu na sede da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) em Brasília.

O magistrado propôs uma campanha contra o trabalho infantil doméstico e a realização de uma nova edição de seminário voltado para os operadores do Direito sobre o tema. O objetivo, segundo ele, é levar as conclusões do evento para a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que acontece em dezembro em Brasília. O diretor falou ainda da ideia de se publicar um livro com abordagem jurídica sobre o trabalho infantil com artigos de diversos operadores do Direito.

Na reunião, foi feito também um balanço das mobilizações do dia 12 de junho, quando se comemorou o dia mundial da erradicação do trabalho

Foto: Arquivo Anamatra



Gabriel Velloso e Isa Oliveira, secretária executiva do FNPETI

infantil; os preparativos para a comemoração dos 15 anos do FNPETI (29 de novembro); e as prioridades para o 2º semestre.

No dia 2 de julho, no mesmo local, aconteceu a oficina “O Trabalho Infantil e o Direito de Aprender”. A atividade contou com apresentação e discussão dos resultados das oficinas de escuta junto a educadores e alunos de escolas públicas do ensino fundamental.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que é integrado por diversas entidades entre elas a Anamatra, é uma estratégia não-governamental de articulação, mobilização e sensibilização da sociedade brasileira na luta pela prevenção e o fim da exploração do trabalho de milhões de crianças e pela proteção ao adolescente trabalhador em nosso País. ■

## Combate ao trabalho infantil: Dirigente da Anamatra defende discussão do tema em conferência que debaterá formas de coibir a violência

O diretor de cidadania e direitos humanos da Anamatra, Gabriel Napoleão Velloso Filho, participou no dia 8 de julho de reunião do Fórum Nacional para a Superação da Violência e Promoção da Cultura da Paz realizada na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília.

Na ocasião, os membros do Fórum, do qual a Anamatra é integrante, discutiram propostas elaboradas pelo grupo, das quais 21 serão enviadas ao Ministério da Justiça e deverão subsidiar os debates da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

Entre os temas, o grupo acolheu a sugestão do diretor da Anamatra de colocar a questão do trabalho infantil na pauta da conferência nacional, dando como proposta de superação para esse problema a capacitação de profissionais do Direito e da sociedade civil para combater

Foto: Arquivo Anamatra



o trabalho infantil. O magistrado sugeriu ainda a criação de Varas do Trabalho em regiões onde são recorrentes as práticas de trabalho escravo e a inserção de conteúdos versando sobre os direitos humanos nas Escolas de Magistratura.

O Fórum Nacional para a Superação da Violência

e Promoção da Cultura da Paz tem como objetivo mobilizar a sociedade brasileira e suas instituições públicas para combater a banalização da violência e da impunidade e, principalmente, em favor da paz, fomentando uma cultura de harmonia e convivência respeitosa entre os cidadãos, considerando para tanto a diversidade econômica, social, étnica e cultural.

A reunião contou também com a participação de representantes da OAB e de vários outros segmentos da sociedade civil organizada. ■



## PRÊMIO ANAMATRA DE DIREITOS HUMANOS 2009

### Inscrições abertas até o dia 30 de outubro

Já estão abertas as inscrições para o Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2009. Com três categorias – Instituição, Judiciário Cidadão e Imprensa –, o Prêmio, assim como ocorreu nas duas edições anteriores, tem como objetivo valorizar as ações e atividades desenvolvidas no Brasil, realizadas por pessoas físicas e jurídicas que estejam comprometidas e que promovam, efetivamente, a defesa dos direitos humanos no mundo do trabalho.

O vencedor de cada categoria, que terá três finalistas, receberá a estatueta inspirada no “Cilindro de Ciro” e prêmio em dinheiro no valor líquido de R\$ 6 mil. Os demais finalistas receberão premiação em dinheiro

no valor de R\$ 3 mil, para cada concorrente.

As inscrições vão até o dia 30 de outubro de 2009, podendo cada participante efetuar apenas uma inscrição por categoria. As ações e os projetos inscritos deverão ter sido implementados ou executados de setembro de 2008 a agosto de 2009.

O anúncio dos vencedores será feito na solenidade de entrega do Prêmio, no dia 9 de dezembro de 2009, em local a ser definido.

#### Categorias

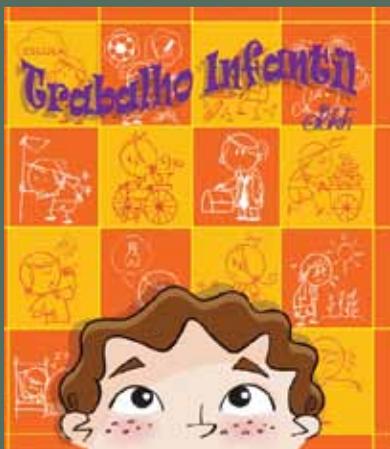
**Instituição:** atuação de entidades ou organizações não governamentais e/ou de empresas brasileiras, que desenvolvam projeto(s) e ações

concretas relacionadas aos temas do item 2.1 do Regulamento.

**Judiciário Cidadão:** atuação de pessoas físicas, integrantes dos órgãos do Poder Judiciário, em ações e projetos não relacionados à atividade jurisdicional que estejam relacionadas aos temas do item 2.1 do Regulamento.

**Imprensa:** pessoas físicas ou jurídicas que tenham publicado ou veiculado reportagens ou campanhas publicitárias relacionadas aos temas do item 2.1 do Regulamento.

Para mais informações sobre o regulamento e a ficha de inscrição, acesse o site da Anamatra – [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br) – e clique no link do prêmio ou envie um e-mail para: [premiordh@anamatra.org.br](mailto:premiordh@anamatra.org.br) ■



## Anamatra participa do lançamento

O diretor de cidadania e direitos humanos da Anamatra, Gabriel Napoleão Velloso Filho, e a juíza Andréa Nocchi (Amatra 4), que exerceu na gestão passada a função de coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da entidade, participaram no dia 11 de agosto do lançamento da Cartilha de Combate ao Trabalho Infantil, em São Paulo. A Anamatra é uma das parceiras da publicação juntamente com o Comitê Betinho Ação da Cidadania, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, entre outras instituições.

Os magistrados, que participaram do lançamento, ressaltaram a importância do envolvimento dos juízes do Trabalho com a

# Anamatra faz doação de 15 computadores à ONG Viver

Foto: Arquivo Anamatra



*Ribamar Lima Júnior, diretor de informática da Anamatra, esteve presente ao local, onde fez a entrega do equipamento ao presidente da ONG*

Conforme prevê seu estatuto, a Anamatra deve atuar pela implementação da justiça social. Nesse sentido, a entidade deu mais um passo no dia 24 de julho ao doar 15 computadores à organização não governamental Viver, que fica localizada na cidade satélite Estrutural, em Brasília. O projeto funciona há 11 anos e atende 350 crianças de seis a 14 anos.

O diretor de informática da Anamatra, José Ribamar Oliveira Lima Júnior, representou a entidade no ato de doação. “A Associação continuará contribuindo, na medida do possível,

com o trabalho social desenvolvido pela instituição”, afirmou Ribamar Lima Júnior, ressaltando que um dos principais objetivos da ONG e defendido também pela Anamatra é o combate ao trabalho infantil.

As crianças receberam a doação no pátio da instituição com salva de palmas. O presidente da ONG Viver, Coracy Coelho Chavante, agradeceu a iniciativa da Anamatra e afirmou que, a partir da doação, aulas de informática entrarão no plano pedagógico.

Coracy Coelho aproveitou para mostrar a estrutura física da instituição

para o dirigente da Anamatra, inclusive a cozinha, que a Anamatra ajudou para a sua construção com a compra de materiais, em janeiro de 2008.

Atualmente, a organização não governamental conta com 10 educadores, três cozinheiros, três funcionários da limpeza, um psicólogo, uma assistente social e uma pedagoga. Todos são pagos pelo governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Para saber mais sobre a ONG ou fazer doação, acesse o site: [www.viver.org.br](http://www.viver.org.br) ■

## da Cartilha de Combate ao Trabalho Infantil

causa da erradicação do trabalho infantil e na defesa dos direitos humanos. “A cartilha é importante para que as crianças e seus pais possam compreender a violência que representa o trabalho infantil e os direitos básicos da criança”, disse Gabriel Napoleão ao afirmar que o primeiro passo para erradicar uma injustiça é conscientizar-se dela.

“Essa é mais uma iniciativa da Anamatra unindo forças com parceiros da sociedade civil, a exemplo do que já tinha acontecido no lançamento do Gibi da Turma da Mônica, também sobre trabalho infantil, e na inserção da Cartilha do

Trabalhador em Quadrinhos (do Programa Trabalho Justiça e Cidadania) na Maleta Democracia do Canal Futura”, acrescenta a juíza Andréa Nocchi.

A cartilha foi desenvolvida com o objetivo de tornar-se um instrumento pedagógico para o trabalho dos educadores na conscientização sobre o tema junto aos alunos e comunidades atendidas, além de abrir o debate sobre os prejuízos do trabalho infantil, alertar a sociedade para que entenda o problema e para que faça denúncias sobre os casos de exploração de crianças e adolescentes. ■



## Amatra 8 lança Campanha pela Valorização da Magistratura



Foto: Arquivo Amatra 8

“É nosso dever, como membros da sociedade civil e agentes políticos, expor nossa visão de Poder Judiciário, que precisa ser fortalecido para lidar com os desafios em nosso país para realização da justiça social plena”, afirmou o presidente da Amatra 8, Gabriel Velloso Filho. O magistado acrescentou que é necessário que a população conheça a realidade e o cotidiano dos magistrados e de sua rotina de trabalho. “Defendemos um Judiciário que remunere e proteja o poder aquisitivo de seus membros, com reajustes periódicos e a valorização do tempo de serviço”, disse.

A presidente do Tribunal Regional também parabenizou a Amatra 8 pela iniciativa. “É a primeira vez que magistrados reúnem-se no hall de entrada do TRT 8 para fazer um ato e pedir às autoridades e à sociedade a valorização da carreira e o respeito à magistratura. Além do reajuste salarial, que não temos há cinco anos, queremos a segurança dos juízes e a atualização do Judiciário”. ■

A Amatra 8 lançou no mês de junho o manifesto da Campanha pela Valorização da Magistratura. O objetivo é esclarecer à população a necessidade de ter um Poder Judiciário forte e estável, para a consolidação da cidadania.

No lançamento, além de magistrados e da presidente do Tribunal Regional

do Trabalho da 8ª Região, Francisca Formigosa, estiveram presentes o presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Pará - Amepa, Paulo Vieira, e o presidente da Associação Trabalhista dos Advogados do Pará (Atep), Bernardino Greco, que prestaram apoio à causa.

## Ex-presidente da Amatra 3 é homenageado

A galeria de ex-presidentes Amatra 3 recebeu no dia 7 de agosto a foto do juiz do Trabalho João Alberto de Almeida que presidiu a Associação na gestão 2005/2007. A galeria conta com 12 fotos de ex-presidentes, que estiveram por uma ou mais gestões à frente da Amatra 3, desde a fundação da entidade, há 31 anos.

A presidente da Amatra 3, juíza Olívia Figueiredo Pinto Coelho, falou sobre a atuação firme de João Alberto, quando presidente da entidade. “Ele exerceu sua gestão com brilhantismo e desde o início fixou as diretrizes de seu mandato: harmonia e transparência em todas as ações. Foi combativo na defesa das prerrogativas e direitos dos

magistrados, bem como na defesa das instituições e do próprio Estado Democrático de Direito. Foi seguro, preciso e objetivo. Fez uma gestão compartilhada. Nunca decidiu sem antes ouvir os diretores, embora de antemão já tivesse a certeza de qual o melhor caminho a seguir. Tenho orgulho de ter participado de sua diretoria”, afirmou a presidente da Amatra 3.

Cercado por colegas juízes e familiares, o juiz João Alberto de Almeida agradeceu a homenagem e ressaltou a importância da participação de todos os juízes que compuseram a diretoria da Amatra 3 em sua gestão. João Alberto também agradeceu a presença de todos os colegas, magistrados de primeira e segunda instância, dentre eles o corregedor Eduardo Augusto Lobato, e o apoio de sua família. “A pedra de toque é procurar dar o melhor de cada um”, afirmou o ex-presidente. ■

Foto: Arquivo Amatra 3





## Amatra 13 promove congresso internacional sobre Direito Constitucional



Entre os dias 04 a 06 de novembro, João Pessoa (PB) receberá vários expositores de renome do Brasil e de outros países para o I Congresso Internacional de Direito Constitucional do Trabalho, que abordará o tema “Trabalho X Capital: novas perspectivas ante os direitos fundamentais”. A iniciativa é da Amatra 13 e da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Paraíba (Esmat 13). O evento recebe o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT 13).

O objetivo é viabilizar o estudo do Direito comparado e a evolução da legislação mundial na defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores a juízes e servidores da Justiça do Trabalho, procuradores do Trabalho, advogados e estudantes. O evento, que é inédito na Paraíba, será realizado

no auditório Sérgio Bernardes, no Hotel Tambaú.

O Congresso deve atrair um grande número de participantes, pois tem a finalidade de propiciar a exposição de temas relacionados com os direitos fundamentais insertos na Constituição Federal de 1988 e sua influência sobre o Direito do Trabalho e sobre as decisões judiciais que tratam dos litígios havidos entre o capital e o trabalho na relação travada entre o prestador dos serviços e o seu beneficiário.

Para tanto, a comissão organizadora do evento convidou várias personalidades reconhecidas e respeitadas no meio jurídico. Dentre as presenças já confirmadas, estão a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Kátia Magalhães Arruda, oriunda da magistratura trabalhista da 16ª Região, e o desembargador federal do TRT da 13ª Região Paulo Maia Filho. Também abrilhantarão o quadro de palestrantes o professor espanhol Manuel Carlos Palomeque López, da Universidade de Salamanca (Espanha).

O site [www.congressoamatra13.com.br](http://www.congressoamatra13.com.br) traz mais informações sobre inscrições, hospedagem e a programação completa do evento. ■

## Amatra 4 confraterniza com bancada gaúcha

Foto: Arquivo Anamatra



Deputado Beto Albuquerque e Luiz Colussi

O presidente da Amatra 4, Luiz Colussi, reuniu em Brasília no dia 25 de agosto deputados da bancada gaúcha para pedir apoio dos parlamentares para a aprovação de projetos de interesse da magistratura, em especial da Justiça do Trabalho. O encontro também homenageou o deputado Beto Albuquerque (PSB), que assumiu a coordenação da bancada dos parlamentares do Rio Grande do Sul. O presidente da Anamatra, Luciano Athayde, o diretor legislativo e juiz da 4ª Região, Ary Marimon Filho, e Paulo Schimdt, também da Amatra 4 e integrante da Comissão Legislativa da Anamatra, também estiveram presentes. ■

## Magistrados lançam livro sobre a função revisora dos tribunais



Confira nesta edição do Informativo o encarte com o livro “A Função Revisora dos Tribunais – Questão do Método no Julgamento dos Recursos de Natureza Ordinária”. A publicação foi elaborada pelos juízes do Trabalho da 4ª Região Ben-Hur Silveira Claus, Ricardo Fioreze, Francisco Rossal de Araújo, Ricardo Hoffmeister de Almeida Martins Costa e Márcio Lima do Amaral e pelo juiz da 18ª Região Ari Pedro Lorenzetti. ■

## Amatra 5 prepara Encontro Regional

Já estão abertas as inscrições para a 19ª edição do Congresso de Magistrados do Trabalho da 5ª Região, que pela primeira vez será chamado de Conmatra. Até o ano passado, o evento era conhecido como Emat.

Em 2009, o tema do evento será “O Direito do Trabalho em Diálogo com Outras Fontes - Influência em Face dos Demais Ramos”. O 19º Conmatra será realizado entre os dias 18 e 19 de setembro, no Bahia Othon Palace, em Ondina. Entre os conferencistas, destaque para a participação dos ministros do TST Luiz Philippe Vieira de Melo Filho e Maurício Godinho Delgado.

Acesse o site [www.amatra5.org.br](http://www.amatra5.org.br) para mais informações. ■

SER O BANCO DO RELACIONAMENTO  
COM O JUDICIÁRIO É MAIS QUE UMA  
GRANDE RESPONSABILIDADE.  
É TAMBÉM UMA HONRA.

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101  
(informações, reclamações, sugestões e elogios)  
0800 726 2492 (para pessoas com deficiência auditiva)  
**Ouvidoria:** 0800 725 7474



O banco do relacionamento com o Judiciário.

**CAIXA**